

8º CONFERENCIA LATINOAMERICANA y CARIBEÑA de CIENCIAS SOCIALES

LAS LUCHAS POR LA IGUALDAD,
LA JUSTICIA SOCIAL Y LA DEMOCRACIA
EN UN MUNDO TURBULENTO

PRIMER FORO MUNDIAL DEL PENSAMIENTO CRÍTICO

Buenos Aires | 19 al 23 de noviembre de 2018



Resúmenes de ponencias por campo temático

24

Políticas científicas



Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais



Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - C.L.A.C.S.O.

Las luchas por la igualdad, la justicia social y la democracia en un mundo turbulento : ponencias del Primer Foro Mundial del Pensamiento Crítico. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO, 2020.

Libro digital, PDF

Archivo Digital: descarga y online

ISBN 978-987-722-580-8

1. Ciencias Sociales y Humanidades. 2. América Latina. I. Título
CDD 301

Resumen de ponencia

A DIFUSÃO DE INICIATIVAS DE COOPERAÇÃO PARA PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO NO BRASIL.

*Ana Carlyne Martins De França

*Julia Do Carmo Carbone

*Vinícius Eduardo Martins Baraldi Vaz

O tema da cooperação entre organizações tem ganhado relevância no debate atual sob o prisma do que se convencionou chamar de redes interorganizacionais. Embora não haja consenso sobre uso do conceito em si, uma vez que vários autores tendem a preferir as noções de parceria, alianças estratégicas, coligações, acordos de cooperação ou acordos de colaboração, os estudos destacam a interação entre organizações tendo em vista um objetivo comum (PROVAN; FISH; SYDON, 2007). Do ponto de vista da teoria da escolha reacional, a literatura destaca que as redes interorganizacionais são criadas e coordenadas formalmente com vista a realização de objetivos que serão melhor realizados no processo colaborativo. Neste sentido, espera-se que a participação em redes interorganizacionais conduza a ganhos que só poderiam ser alcançados mediante a interação como outras organizações (ATOUBA; SHUMATE, 2010; LEE; MONGE, 2011; MÜLLER-SEITZ, 2012). Assim, relacionamentos interorganizacionais são vistos como estratégias para potencializar oportunidades e, em geral, para aumentar o potencial competitivo das organizações mediante o aumento do poder de barganha, do acesso a novos mercados e a recursos escassos (PFEFFER; SALANCIK, 1978; KEIL, 2000). Por outro lado, a cooperação interorganizacional pode ser lida sob o prisma da teoria do capital social maximalista (HIGGINS, 2012) ou de ligação (WOOLCOCK; NARAYAN, 2000) cuja principal formulação encontra-se nos trabalhos de Putnam (1996, 2000). Sob este prisma, os relacionamentos que constituem as redes interorganizacionais são vistos como fonte de confiança, reciprocidade e coesão para o grupo de participantes. Tem-se que quanto mais densas forem as redes, quanto mais ligações fortes existirem entre seus membros, mais fácil torna-se a elaboração de soluções para problemas de ação coletiva. Sob este prisma redes densas facilitariam o fluxo de informações, o desenho de estratégias conjuntas, a emergência do consenso sobre as normas que regem o coletivo e a gestão de conflitos internos. Enquanto a primeira abordagem tende a ser aplicada às redes de organizações privadas, sobretudo aquelas ligadas à esfera do mercado, a segunda é especialmente útil à análise da colaboração em redes de organizações voltadas a fins públicos. Todavia, ambas buscam investigar se a imersão em redes afeta os resultados alcançados pelas organizações, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Atualmente, parte da literatura passou-se a ocupar do processo de seleção de parceiros na gestação de redes interorganizacionais, assumindo o pressuposto de que a estabilidade de redes organizacionais estaria associada em algum grau ao perfil de seus membros (EISENHARDT; MARTIN, 2000; IRELAND, HITT; VAIDYANAYH, 2002; DYER; CHU, 2003; DEKKER, 2004). Este artigo analisa o processo de difusão de redes interorganizacionais voltadas a promoção da cooperação para prevenção e combate à Corrupção. Em 2010, dirigentes das principais

agências de controle brasileiras no estado da Paraíba se mobilizaram e criaram um estilo inovador de gestão da interdependência entre seus órgãos tendo em vista o aumento da eficiência e da agilidade no intercâmbio de dados e informações. Uma vez consolidada e diante dos resultados alcançados novas redes interorganizacionais se difundiram pelo Brasil alcançando variados graus de implementação. O objetivo desta proposta é apresentar os resultados iniciais da pesquisa: "Tecendo laços na rede brasileira de instituições de accountability: uma análise da difusão de iniciativas de cooperação para prevenção e combate à corrupção". O objetivo geral da investigação é identificar e compreender os mecanismos que atuaram/atuem no processo de difusão deste estilo de gestão da cooperação entre os órgãos públicos e, em alguns casos, entre eles e organizações sociais. Considerando as redes de cooperação para a prevenção e combate à corrupção nos 27 estados brasileiros, na primeira fase da pesquisa foi coletada na internet informações sobre todas as redes. Buscamos verificar que tipo de informação o cidadão comum, interessado no tema da fiscalização e transparência pública, tem acesso ao procurar informações sobre as redes do estado onde mora. De posse dessas informações, realizamos uma análise descritiva dos dados para conhecer o grau de estruturação aparente de cada uma das redes interorganizacionais. Verificamos quantas possuem um espaço próprio na internet para divulgação de seus eventos, suas ações e de notícias vinculadas à sua atuação. Examinamos a relação de parceiros informados por cada rede a fim de verificar o alcance da iniciativa e a tendência de inclusão ou não de organizações sociais como parceiras. Ainda em relação a este tema, levantamos informações sobre a estrutura organizacional das redes que se espalharam pelo país a fim de verificar como as organizações sociais se situam nas redes. Ribeiro (2016), mostra que um dos pontos de tensão no contexto dessas iniciativas de cooperação interorganizacional refere-se justamente ao grau de abertura à participação de organizações sociais. Ele ainda destaca o caso do FOCCO/AL onde ocorre há participação de organizações sociais em cargos diretivos da rede e atuando com motivadores das ações da rede. Também coletamos e comparamos informações sobre as ações desenvolvidas pelas redes a partir de notícias relacionadas a cada uma delas e dos eventos realizados por elas. Sobre este ponto, nosso interesse foi o de visualizar se as ações das redes interorganizacionais voltadas a promoção da cooperação para prevenção e combate à corrupção tem valorizado ações com viés mais educativo ou mais punitivo. Ribeiro (2016) destaca que este é o segundo ponto que mais tenciona o processo cooperativo neste tipo de rede, pois há tanto atores fortemente comprometido com propostas voltadas para a produção de ações que geram punições fortes quanto aqueles que defendem um investimento maior em campanhas e orientações para mudar mentalidades. Sem, é claro, desconsiderar atores que encontram um ponto de equilíbrio entre os dois tipos de ações. Os achados iniciais mostram graus de estruturação e atuação diferenciados entre as diferentes redes. Nota-se que as redes mais estruturadas apresentam uma relação de proximidade maior com as primeiras redes interorganizacionais, seja pela adoção de símbolos que identificam estes movimentos, tais como a logomarca e o nome, seja pela proximidade geográfica. Foi possível perceber também um núcleo de organizações no centro das redes, notadamente, as principais agências estatais de controle. Notamos que a relação com as organizações sociais é muito particular a cada contexto. Ao que se refere às ações empreendidas algumas redes diversificam mais os repertórios de ação, mas boa parte

noticia mais ações de repressão que ações de prevenção. Uma exceção é a comemoração do Dia Nacional de Combate à Corrupção, quanto as redes organizam eventos comemorativos destinados à sociedade e com um forte apelo educativo-preventivo.

.....

*** Ana Carlyne Martins De França**

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. Alfenas MG, Brasil

*** Julia Do Carmo Carbono**

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL-MG. Alfenas MG, Brasil

*** Vinícius Eduardo Martins Baraldi Vaz**

Universidade Federal de Alfenas - UNIFAL- MG. Alfenas MG, Brasil

Resumen de ponencia

A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL À LUZ DAS EPISTEMOLOGIAS DO SUL: UM ESTUDO DE CASO

*Gustavo Costa De Souza

*Juliana Moreira Magalhães

O objeto do presente artigo surgiu da necessidade de se discutir a internacionalização das Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil e analisar esses processos a partir da discussão das Epistemologias do Sul. O Objetivo principal é fazer uma análise do Programa de Internacionalização de uma universidade federal de Minas Gerais, Brasil, tomada como estudo de caso, e de que forma esse Programa se insere dentro de uma cultura de valorização dos países do norte em detrimento dos países do Sul. Como produto do estudo, pretendemos organizar as bases para um manual de cooperação internacional para sua Diretoria de Relações Internacionais, visando principalmente acordos internacionais com universidades da América Latina.

A Internacionalização das IFEs apenas recentemente, por volta de 15 anos atrás, começou a ser considerada como prioridade. Como exemplo podemos citar o lançamento do Programa Ciência sem Fronteiras, em 2012, além de outras iniciativas para impulsionar a internacionalização da Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação. Na Pós-Graduação, o contato com universidades internacionais impulsiona a colaboração acadêmica e, por conseguinte aumenta as publicações científicas; na graduação, o estudante que tem no seu currículo uma experiência de intercâmbio entra já em vantagem na hora de disputar uma vaga na inserção profissional. Tudo isso sem considerar ainda a formação humana que este estudante terá, convivendo com diferentes culturas, aprendendo a conviver com o diferente e ser mais tolerante.

A partir de um estudo de caso, pretende-se repensar a prática de internacionalização nas universidades brasileiras e verificar em que medida ela estaria inserida dentro de uma política macro mundial de colonização dos saberes, que segue as diretrizes da UNESCO, da Organização Mundial do Comércio e do Consenso de Washington, para então reorientar e reorganizar essa internacionalização, valorizando o intercâmbio acadêmico com os países do Sul, sobretudo com países da América Latina, na perspectiva das Epistemologias do Sul.

De acordo com Boaventura Souza Santos (2014), a teoria das Epistemologias do Sul emerge da necessidade de não haver apenas um conhecimento que seja vanguarda, mas sim valorizar outras formas de conhecimento, principalmente das minorias, como mulheres, índios, negros. Ao superar o pós-colonialismo, devemos nos libertar da visão do conhecimento do Norte como sendo o único a ser seguido, e dar voz aos outros sujeitos da História.

A Teoria Geral da Epistemologia do Sul é a de que não exista teoria geral sobre a emancipação social, pois as diferentes formas de emancipação devem surgir dos

questionamentos dos diferentes grupos ou minorias.

“Con la expresión “epistemologías del Sur” designamos la diversidad epistemológica del mundo. El Sur es concebido aquí de manera metafórica como un campo de desafíos epistémicos que pretende reparar los daños e impactos causados históricamente por el capitalismo en su relación colonial con el mundo. (...) La superposición no es total porque, por un lado, en el interior del norte geográfico, clases y grupos sociales muy amplios, - trabajadores, mujeres, indígenas, afrodescendientes, musulmanes - fueron a la dominación capitalista y colonial, y, por otro, en el interior del sur geográfico siempre hubo “pequeñas Europas”, pequeñas elites locales que se beneficiaron de la dominación capitalista y colonial, y que después de las independencias, la ejercieron y siguen ejerciéndola, por sí mismas, contra las clases y grupos sociales subordinados.”

No relatório sobre a democratização e expansão da educação do ensino superior (2003-2014), a Secretaria de Educação Superior (SESu) do Ministério da Educação informa quais são as quatro iniciativas de internacionalização do Ensino Superior:

o Programa de Estudantes Convênio-Graduação, que promove o intercâmbio estudantil, como foco na recepção de estudantes; o Programa Idiomas sem Fronteiras, que prepara membros da comunidade acadêmica para estudarem no exterior, por meio do ensino de línguas; a promoção da educação superior no Mercosul, que condensa iniciativas de intercâmbio de conhecimentos regionais e as universidades federais com vocação internacional, que oferecem cursos diferenciados a um público que ultrapassa as fronteiras locais.

De acordo ainda com esse mesmo relatório da SESu (MEC, 2014), dentre esses programas para a internacionalização, todos eles, com exceção do Programa Inglês sem Fronteiras, tem como norte uma maior integração regional com os países vizinhos da América Latina. O Programa PEC-G, Estudantes Convênio de Graduação é um projeto bem sucedido de recepção de estudantes vindos de países em desenvolvimento que tem acordo de cooperação bilateral com o Brasil. Atualmente participam do Programa 56 países, sendo 25 países das Américas (MEC, 2014: p 71). O Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para Cursos Acreditados no MERCOSUL também foi uma iniciativa bem sucedida de incentivar e estimular a mobilidade acadêmica na graduação entre os países do MERCOSUL e países associados. Por último, a criação recente das Universidades Internacionais UNILA e UNILAB demonstra que a integração regional enquanto política educacional tem sido foco do Governo Brasileiro (MEC, 2014). Essa política de integração regional pode ser ainda mais aperfeiçoada e está de acordo com as diretrizes da Epistemologia do Sul de estimular diferentes formas de conhecimento e de intercâmbio desse conhecimento. Ao analisar a política no microcosmos (uma Universidade Federal no Brasil), podemos perceber se ela está reproduzindo as diretrizes econômicas mundiais, e propor mudanças para redirecionar esse projeto para uma maior integração Sul-Sul, de acordo com a Teoria das Epistemologias do Sul (SANTOS, 2014).

.....

*** Gustavo Costa De Souza**

Universidade Federal de Lavras - UFLA. LAVRAS-MG, Brasil

*** Juliana Moreira Magalhães**

Universidade Federal de Lavras - UFLA. LAVRAS-MG, Brasil

Resumen de ponencia

ANÁLISE DA “QUESTÃO AMAZÔNICA”: PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO PARÁ 2030

*Fernanda Gabriele Filiphina Paixão Dos Santos

*Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro

Este artigo abordará a questão amazônica conforme retratada no artigo do sociólogo Alex Fiúza de Mello (2015) “Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro” e o relacionará com o programa estratégico estadual “Pará 2030”, avaliando se a nova política pública proposta pelo Governo do Estado do Pará - GEP - segue os preceitos definidos por Fiuza de Mello, para a mudança de paradigmas como fator chave para o desenvolvimento econômico, visando apresentar um novo modelo de desenvolvimento para Amazônia.

Assim, o objetivo da pesquisa será de analisar se a questão amazônica é tratada de forma apropriada pelo GEP, que supostamente passaria a adotar ações diferentes daquelas registradas na história e em conformidade com o exposto por Fiúza de Mello. Para isso, divide-se em quatro seções, sendo a primeira um breve histórico sobre os ciclos econômicos que marcaram a exploração da Amazônia e o tratamento governamental em CT&I; a segunda descreve segundo a ótica de Fiuza de Mello, qual a visão sobre a sobre a Amazônia, em nível nacional e internacional; a terceira analisa o programa de desenvolvimento sustentável “Pará 2030”, destacando a relação entre o artigo do sociólogo e o programa estadual; na última são apresentadas as considerações destes autores.

Neste artigo, emprega-se a abordagem qualitativa, pois pretende-se observar se as estratégias para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, realizadas pelo Poder Público federal e estadual condizem com os aspectos tratados no artigo de Fiúza de Mello. A pesquisa que orientou este artigo teve o caráter de revisão bibliográfica, avaliando artigos, legislações e livros.

Histórico da exploração da Amazônia

A ocupação da Amazônia sempre foi determinada de fora para dentro, em atendimento às demandas nacionais e internacionais, sem observar aquelas decorrentes dos problemas da realidade regional. A região tornou-se palco de experimentações de políticas públicas gestadas além de suas fronteiras, frequentemente por pessoal técnico sem conhecimento da realidade e características locais.

Na história, destacam-se três grandes ciclos econômicos na Amazônia brasileira:

- a. Drogas do sertão: durante o período colonial. A Amazônia era exportadora de plantas medicinais e de alimentos exóticos. Durante um longo período, teve como principal atividade econômica o extrativismo florestal, cuja base da economia era a

coleta das drogas do sertão. A região foi lentamente incorporada aos circuitos mercantis. Os litígios de fronteiras nacionais faziam parte da expansão territorial (CASTRO e CAMPOS, 2015) e seus bens naturais retirados sem compensação econômica, para serem processados fora das fronteiras brasileiras.

b. Ciclo da borracha: durou 60 anos e, apesar da grande projeção econômica e social vivida na época, a economia pautava-se a exportar o látex não processado para os países industrializados, sem realizar qualquer tipo de beneficiamento localmente. Em decorrência desta falta de visão empresarial e do poder público, acabou-se por não explorar as potencialidades deste mercado.

O monopólio da borracha brasileira dura até 1910, quando holandeses e ingleses iniciaram a plantação de seringais na Ásia (Sri Lanka, Malásia e Indonésia) e passam a oferecer o produto com preços mais competitivos. O látex produzido de forma intensiva nos seringais ingleses invadiu o mercado, e no norte do Brasil, inicia-se uma crise, gerada por falta de visão empresarial e governamental, além da ausência de alternativas para o desenvolvimento regional (SANTIAGO).

c. Grandes Projetos: durante os 10 anos do que se chamou milagre econômico, durante o regime militar. A marca foram os grandes projetos para a Amazônia, voltados para o mercado internacional ou destinados à produção de insumos para indústrias de outras regiões brasileiras. Os principais empreendimentos instalados no Pará foram: Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), sobre o rio Tocantins; da Mineração Rio do Norte (MRN), de exploração de bauxita metalúrgica, no município de Oriximiná, noroeste do estado; Albrás e Alunorte, para produção de alumínio e alumina, respectivamente, localizados nas proximidades de Belém, no município de Barcarena; Projeto de Ferro Carajás (PFC), no município de Parauapebas, no sudeste do estado (Castro, 2012).

Apesar da construção de grandes empreendimentos no estado, o beneficiamento de produtos ainda foi tímido frente à produção mineral paraense. Mas iniciaram algumas ações de beneficiamento do minério no estado, como é o caso da bauxita extraída nos municípios de Paragominas e Oriximiná, que em parte é beneficiada no município de Barcarena.

Atualmente, a economia do Pará se baseia no extrativismo mineral (ferro, bauxita, manganês, calcário, ouro, estanho) e vegetal (madeira), na agricultura, na pecuária. Todas na forma de commodities, pois o estado não verticaliza sua produção, nem agrega valor.

Manifestações Discursivas Oficiais

A “questão amazônica” para o Brasil é pautada pela necessidade de domínio nacional, desde a época colonial, quando os portugueses expulsaram os jesuítas dos rios amazônicos, seguindo até hoje, com o receio de ocupações internacionais. De acordo com o texto de Fiúza de Mello, apesar de todas as riquezas existentes na Amazônia, a região não figura como prioritária no planos de desenvolvimento nacional. O Brasil, ao longo da história, tem buscado a soberania sobre a Amazônia, prioritariamente, por intermédio do recurso com armas, e os resultados têm sido precários - como se observa a biopirataria e o tráfico de drogas. Sob o ponto de vista internacional, a “questão amazônica” é tratada como tema essencial, porém observada como um local sagrado que deve permanecer imaculado.

A tese de intocabilidade da floresta Amazônia, além de tecnicamente insustentável, é a

mais nova - e astuta “ideologia “pós-moderna”, que nutre de mitos imaginário da comunidade internacional, sobretudo daqueles que mais se beneficiam de seus efeitos, os países ricos, justo por possuírem em abundância aquilo que se negam a transferir: ciência, tecnologia e capital” (Mello, 2015).

Amazônia a partir do Programa Pará 2030

O Pará, a partir do Decreto nº 1.570/2016, acreditando na revolução do conhecimento e com o intuito de planejar e sistematizar políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do estado, pautada na busca pela inovação, agregação de valor e sustentabilidade, implementou o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Pará 2030, com a finalidade de coordenar ações governamentais e articular parcerias com o setor privado e a sociedade civil organizada, visando a promoção do desenvolvimento sustentável do Estado.

Desenvolvido pela consultoria privada McKinsey, prioriza 12 cadeias produtivas consideradas estratégicas para seu desenvolvimento econômico: açaí, cacau, grãos, exploração mineral, turismo e gastronomia, logística, verticalização da pesca, florestas plantadas, aquicultura, pecuária sustentável, palma de óleo, e biodiversidade.

Visa impulsionar a economia paraense por meio da agregação de valor econômico à biodiversidade, desenvolvimento do capital humano e fortalecimento da CT&I, o que estaria de acordo com o exposto por Fiúza de Mello. Porém, a história não registra programas de desenvolvimento para Amazônia, elaborados por atores que não vivem a realidade local, que tiveram aplicabilidade na região.

O programa pretende inovar buscando resultados além do ganho econômico, mas também pelo desenvolvimento de modelo integral de exploração sustentável de recursos da biodiversidade, contemplando o fomento a protocolos comunitários, a geração e gestão do conhecimento e a atração de investimentos.

Por fim, o objetivo para o estado em 2030 será: I. Economia dinâmica, alavancando riquezas singulares de minerais, solos, floresta e biodiversidade por meio de processos produtivos eficientes e de agregação de valor; II. Práticas sustentáveis, sendo pioneiro na implantação de políticas públicas de produção sustentável e exportando soluções inovadoras para o mundo; III. Geração de riqueza para a população, proporcionando igualdade de oportunidades e crescimento econômico acelerado e distribuído por todo o território paraense (Pará 2030).

Conclusão

O estado do Pará, a partir de 2016 busca provocar ruptura na forma de uso de seus, uma vez que, o programa prevê a inclusão de processos industriais e de CT&I, possibilitando a ampliação econômica e social, e permitindo que o estado deixe de ser apenas exportador de commodities. Trata-se de política estadual e o pesquisador Fiúza de Mello expressa a necessidade de um pacto nacional para superar o dilema desenvolvimento versus conservação. Além disso, não há como avaliar se a política está sendo de fato empregada, o que pode vir a ser objeto de pesquisas futuras.

A Amazônia sob o enfoque nacional está aquém de suas potencialidades. Porém, a política estadual é extrema importância para o início desta transformação já que o programa pretende organizar e dinamizar cadeias produtivas regionais, por meio de CT&I e uso sustentável da biodiversidade, conforme proposto por Fiúza de Mello.

REFERÊNCIAS

CASTRO, Edna Ramos de; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. In: Formação Socioeconômica da Amazônia/ Edna Ramos de Castro, Índio Campos, Organizadores - Belém: NAEA, 2015.

CASTRO. Estudos Amazônico. Disponível em < <http://castro-amazonia.blogspot.com.br/2012/05/os-grandes-projetos-e-economia-regional.html>> Acesso em 30/09/2017.

ESTADO DO PARÁ. Programa Pará 2030. Disponível em < <http://para2030.com.br>>. Acesso em 30/09/2017

MELLO, Alex Fiúza de. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: O caso brasileiro. Revista Crítica de Ciências Sociais. Num. 107, Ano 2015, p. 91-108.

SANTIAGO, Emerson. InfoEscola navegando e aprendendo. Disponível em Acesso em 30/09/2017.

.....

*** Fernanda Gabriele Filiphina Paixão Dos Santos**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Belém, Brasil

*** Pedro Carlos Refkalefsky Loureiro**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA. Belém, Brasil

Resumen de ponencia

CARACTERIZACIÓN DEL CONCEPTO APROPIACIÓN SOCIAL DEL CONOCIMIENTO Y SU INTERACCIÓN CON LA INVESTIGACIÓN EN EL PROGRAMA DE DERECHO

*Erika Franco Gómez

Esta ponencia es parte de los resultados de la investigación donde se analizó la interacción de dos procesos: la apropiación social del conocimiento y la investigación jurídica en el caso del Programa de Derecho de la Universidad de Antioquia en el periodo comprendido entre 2010-2016, se dará cuenta de la caracterización del concepto de apropiación social del conocimiento como un proceso que puede entrar en interacción con la investigación en el programa de derecho.

A partir del enfoque socio-crítico, la investigación jurídica cada vez participa y está llamada a aportar a la sociedad en la que está inmersa, además los investigadores colombianos han sido convocados a comprometer sus propuestas investigativas a una serie de estrategias institucionales, presentes en las políticas científicas, que están dirigidas hacia la apropiación social del conocimiento, y ese sustento se ha elaborado reconociendo la necesidad de que la sociedad participe activamente en las investigaciones. Si bien esto puede suponer una interacción entre la investigación jurídica y la apropiación social del conocimiento, también implica que la comprensión de la realidad debe ser entendida como un proceso histórico que cuenta con sujetos, instituciones y discursos, los cuales son necesarios revisar para la interacción de estos dos procesos.

Por lo anterior, en esta ponencia se presenta la caracterización del concepto de apropiación social del conocimiento a partir de diferentes discursos que permiten la descripción de los componentes y las particularidades del mismo. En este sentido, caracterizar es la posibilidad de tejer relaciones entre las distintas maneras de concebir el concepto para identificar las diferencias y los puntos en común. La relación entre las fuentes se realizó con base en la palabra proceso como concepto articulador para sustentar las siguientes tres tendencias: 1. relación entre conocimiento y sociedad; 2. cultura científica o sociedad del conocimiento; 3. participación o percepción social del conocimiento. Además, se presenta un estudio de las palabras que componen el concepto para precisar su sentido, estas son: «apropiación», «social» y «conocimiento». Una vez presentada la caracterización del concepto, se presentarán los resultados para la interacción de la apropiación social del conocimiento con la investigación, en el caso concreto de la investigación en el programa de Derecho de la Universidad de Antioquia.

Entre los hallazgos se encuentra que el proceso de investigación en el programa de Derecho de la Facultad es un proceso consolidado institucionalmente dada la

diversidad de apoyos disponibles para apoyar propuestas investigativas tanto de profesores como de los estudiantes. En cuanto a la apropiación social del conocimiento, se identificaron diferentes discursos enunciados por los investigadores y sustentados en los documentos institucionales, estos fueron; el interés por la transformación social, por otras formas de conocimiento, la formación de públicos y estudiantes, los debates sobre la participación y el tema de la interdisciplinariedad y la transdisciplinariedad. No obstante, estos no han sido abordados para explicar el qué y el cómo de la apropiación social del conocimiento en el Programa de Derecho de la Facultad. Por último, en la interacción entre los procesos, investigación jurídica en el Programa de Derecho y apropiación social del conocimiento, se encontraron variedad de tensiones, y algunos puntos en común, influencias y reciprocidad.

Los procesos aquí analizados; el de la investigación jurídica y la apropiación social del conocimiento, si bien fueron problematizados en el desarrollo de la investigación, y se presentaron las distintas acepciones en el desarrollo de la ponencia, de momento y como punto de partida, podemos tomar el concepto de apropiación social del conocimiento de Colciencias, donde esta es entendida como “un proceso intencionado de comprensión e intervención de las relaciones entre ciencia, tecnología y sociedad, construido a partir de la participación activa de los diversos grupos sociales que generan conocimiento”. Y de la investigación jurídica, aunque es un término complejo para su definición, se recurre a plantearla desde el concepto genérico de investigación entendida como el proceso de búsqueda de respuestas a preguntas de investigación, que en relación con el saber jurídico, se califica desde los objetos de investigación propuestos por los investigadores, y que en el caso del Programa de Derecho, depende de los enfoques teóricos e investigativos que estos sustentan.

.....

* Erika Franco Gómez

Universidad de Antioquia UdeA. Medellín, Colombia

Resumen de ponencia

CENTRALIZACIÓN Y FEDERALISMO EN LA CONFIGURACIÓN HISTÓRICA DE LA(S) POLÍTICA(S) CIENTÍFICA(S) NACIONAL(ES): APORTES PARA LA CONSTRUCCIÓN DE UNA MIRADA DESDE ADENTRO.

*Lucrecia D'Agostino

Las acciones orientadas a institucionalizar las ciencias en Argentina y en otros países de la región se consolidaron hacia mediados del siglo XX como nuevos espacios de intervención estatal. Mientras la mirada canónica considera a las instituciones creadas a partir de 1956 como el hito que inicia la política científica argentina, en nuestro trabajo nos preguntamos por los debates y acontecimientos acaecidos en los años previos. Si bien estas discusiones no siempre prosperaron en una institucionalización de la ciencia y la tecnología, la etapa de germinación de instituciones científicas contiene elementos que resultan clave para comprender la configuración de la política científica argentina en las décadas siguientes. Al mismo tiempo, recuperar las experiencias subnacionales contribuye a reconocer el rol que asumieron las provincias en la institucionalización de la ciencia argentina y, de esta manera, aporta elementos a la discusión sobre el surgimiento de la política científica en Argentina como consecuencia de una suerte de efecto derrame de decisiones tomadas por los países centrales una vez finalizada la Segunda Guerra Mundial. En particular, consideramos que la explicación del efecto derrame aplicada a Argentina y a otros países “periféricos”, tiende a subestimar el aporte de las experiencias locales (nacionales y subnacionales). En este sentido, para una historia más cabal de la(s) política(s) científica(s), consideramos necesario invertir la lectura canónica y repensar este proceso incluyendo otras coordenadas.

Nuestra propuesta de abordar la historia de la(s) política(s) científica(s) “desde adentro” no es sustitutiva sino complementaria a otras explicaciones para comprender el surgimiento de la(s) misma(s) en su sentido contemporáneo, en particular, aquella que enfatiza en la recepción de ideas e instituciones provenientes “desde afuera” a partir de la movilización de científicos y burócratas preocupados por la institucionalización de la ciencia. Aporta también a discutir la idea de que las provincias se limitaron a “recibir” los resultados de los esfuerzos nacionales en materia de ciencia y tecnología.

El problema planteado —el rol de las provincias en la construcción de la(s) política(s) científica(s) nacional(es)— no es exclusivamente historiográfico sino también político. En primer lugar, es un problema político porque fortalece una posición centralista en relación con la distribución factual de las competencias en materia de ciencia y tecnología que sugiere que las provincias no realizan política científica (o al menos

contribuye a crear un imaginario en el sentido). Si bien es incuestionable el peso relativo que tienen las universidades nacionales, el CONICET y otros organismos de ciencia y tecnología sostenidos por el gobierno nacional, en los últimos años las provincias se expresaron en la escena pública como nuevos actores institucionales en el complejo científico-tecnológico. La configuración de espacios federales en la década del '90 y, luego, la creación del Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación Productiva en 2007 contribuyeron en este sentido. Sin embargo, como intentamos mostrar en este trabajo, el impulso a la ciencia y la tecnología en el nivel subnacional no es necesariamente un fenómeno nuevo y el contexto germinal de la política científica es un periodo necesario de abordar en este sentido.

En segundo lugar, es un problema político porque estudiar las experiencias subnacionales vuelve más evidente una tensión que es medularmente política: la relación entre la política científica con el régimen social de acumulación. En la medida en que determinadas decisiones de política macroeconómica —el régimen cambiario, las decisiones en materia monetaria o la definición de aranceles por nombrar algunas— condicionan el impacto de los esfuerzos que las provincias pueden realizar, construir ciencia y tecnología en el nivel subnacional no es, en absoluto, un asunto sencillo y representa un problema para el federalismo argentino.

En este trabajo presentamos un conjunto de conjeturas elaboradas a partir de una investigación sobre experiencias de institucionalización de actividades científicas y tecnológicas en Mendoza y su vinculación con el proceso de industrialización entre los años 1938-1955. Como hipótesis general sostenemos que el desarrollo de la(s) política(s) científica(s) en Argentina no se nutrió exclusivamente de la recepción de experiencias externas sino que en su configuración tuvieron un papel relevante las experiencias previas a 1956, desarrolladas no solo en el ámbito nacional sino también en las provincias. Sobre experiencias provinciales que han sido muy ricas en términos de políticas científicas, nos preguntamos por su devenir en la noción de la(s) política(s) científica(s) de carácter nacional y, nuestras potenciales respuestas, se presentan como derivas.

La primera deriva se relaciona con la convivencia de experiencias de institucionalización provinciales con la expansión de instituciones científicas y tecnológicas nacionales. La creación de nuevas universidades nacionales y la proyección de instituciones como el INTA, el INTI y más adelante la creación de centros de estudios vinculados a CONICET generaron las condiciones para que las actividades de investigación tendieran a distanciarse de la función pública provincial.

La segunda deriva refiere a un proceso de crecimiento y agotamiento institucional ligado a la rutinización de determinadas tareas que originalmente implicaron acciones positivas para incorporar nuevos conocimientos a la función pública como la producción periódica de estadísticas o la realización repetitiva de pruebas de laboratorio con el objeto de certificar materiales o productos industriales. Ocurre entonces un proceso de transformación cualitativa. Desde la producción de conocimiento (básico o aplicado a partir de la adecuación a las condiciones locales) a la reproducción, a partir de la aplicación de ensayos de rutina, del conocimiento dado).

La tercera deriva remite a la incidencia de nuevas agendas estatales influenciadas en algunos casos por organismos internacionales que brindaron recursos para la planificación y programación técnica de los países latinoamericanos tales como CEPAL o el BID. A través de capacitaciones a funcionarios e instrumentos de financiamiento estos organismos aportaron un conjunto de temas y problemas vinculados al desarrollo económico. En la configuración federal, operó en este sentido el Consejo Federal de Inversiones (CFI).

Las derivas presentadas no son caminos excluyentes ni agotan el universo de posibles transformaciones de la agencia. El cambio de prioridades políticas dado, por ejemplo, con la reestructuración neoliberal del Estado, que afectó especialmente a las provincias, también podrían sumarse al listado anterior.

Los años previos a 1956 constituyen un periodo muy rico para la historia de la política científica en cuanto conviven un conjunto de debates, proyectos y experiencias concretas de institucionalización de la ciencia. De esta etapa consideramos que las experiencias provinciales no han tenido hasta el momento un lugar muy relevante en los estudios sociales de la ciencia y la tecnología. Como dijimos, no se trata sólo de una cuestión historiográfica sino que resulta igualmente significativa para las discusiones de las mesas institucionales que proponen federalizar la ciencia y la tecnología y para reparticiones provinciales destinadas a este fin. En este caso, los antecedentes recuperados constituyen un insumo para repensar el rol de las provincias en la construcción de la(s) política(s) científica(s) argentina(s).

En síntesis, incorporar a las provincias como partícipes de la(s) política(s) científica(s) complejiza aún más el análisis del funcionamiento sobre la articulación integral del sistema científico y tecnológico argentino. Si la tarea analítica considera además la historicidad de estas relaciones seguramente hallaremos rastros para pensar en clave genealógica las dificultades que encuentra la articulación entre actores e instituciones dedicadas a la ciencia y la tecnología de manera transversal o sectorial, correspondientes a distintos niveles de gobierno, atravesadas por intereses no necesariamente convergentes en un proyecto común.

Bibliografía general

- ALBORNOZ, M. y GORDON, A. (2011): "La política de ciencia y tecnología en Argentina desde la recuperación de la democracia (1983-2009)" en Albornoz, M. y Sebastián, J. (eds.) Trayectorias de las políticas científicas y universitarias de Argentina y España. Madrid: CSIC.
- ALBORNOZ, Mario (2007), "Los problemas de la ciencia y el poder", en CTS - Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad, vol.3, n.8, págs. 47-65.
- ALEMANY, Carlos (2014) "¿Mito o construcción compleja?", nota publicada en el suplemento Cash, Página 12, domingo 13 de abril de 2014.

- BOHOSLAVSKY, E. y SOPRANO, G. (eds.) (2010) Un Estado con rostro humano. Funcionarios e instituciones estatales en Argentina desde 1880 hasta la actualidad. Buenos Aires: Prometeo Libros - UNGS.
- ELTZINGA, A., JAMISON, A (1996) "El cambio en las agendas políticas de ciencia y tecnología", Revista Zona Abierta 75/76, Madrid.
- FELD, Adriana (2015): Ciencia y política(s) en la Argentina, 1943-1983. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- HERRERA, Amílcar (1995) "Los determinantes sociales de la política científica en América Latina", en Revista Redes Nº 5. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes.
- HURTADO, Diego (2010b) La ciencia en Argentina. Un proyecto inconcluso (1930-2000). Buenos Aires: Edhasa
- OTEIZA, Enrique (1992): "El complejo científico y tecnológico argentino en la segunda mitad del siglo XX: la transferencia de modelos institucionales2, en Oteiza, E. (comp.): La política de investigación científica y tecnológica argentina - historia y perspectivas. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.

.....

* Lucrecia D'Agostino

Secretaría de Investigación y Publicación Científica. Facultad de Ciencias Políticas y Sociales. Universidad Nacional de Cuyo - SIPUC/FCPyS - UNCUYO. Mendoza, Argentina

Resumen de ponencia

CLACSO 2018 Y LA DECLARACIÓN DE TBLISI, 1977

*Jack Frazier

CLACSO 2018 y LA DECLARACIÓN DE TBILISI DE 1977

Hace más de 40 años que la UNESCO, en colaboración con el PNUMA, organizó una Conferencia Intergubernamental. El lugar del encuentro fue el capitolio de un antiguo satélite soviético, Georgia. El tema oficial fue la “Educación Ambiental”, y la declaración al final de dicha reunión fue aprobada por una unanimidad: hecho que, lamentablemente, es raro para muchas reuniones de la ONU.

Es notable que al fondo la Declaración de Tbilisi de 1977 se manifiesta la necesidad de luchar por la igualdad, la justicia social, la democracia, el desarrollo humano y la paz, así como para el cuidado del ambiente: todo eso durante plena Guerra Fría, en un mundo turbulento. La visión, la propuesta, fue promover, nutrir y mantener el pensamiento crítico, en todos los sectores sociales de todo el mundo.

En los años después, la “educación ambiental” ha crecido en popularidad, y hoy en día es difícil encontrar departamentos de distintos niveles de los diferentes gobiernos, así como ONGs y otras organizaciones, que evitan declarar su compromiso con la Educación Ambiental. Pero, esa popularidad no elimina los malentendidos básicos sobre lo que en realidad es una disciplina auténtica, con sus propios cuerpos teóricos, metodologías, literatura y cultura académica. En otras palabras, la Educación Ambiental va mucho más allá que un evento de niños haciendo dibujos del oso panda, o tampoco despliegues apasionados para salvar una ballena o un árbol anciano.

La Declaración de Tbilisi de 1977 hace más que patente que es imprescindible fomentar diversas actitudes, capacidades y acciones para alcanzar la justicia social, promover y sostener procesos democráticos y luchar por la igualdad de la gente en todos niveles de las sociedades. Aunque no fueron explícitamente declarados, estos conceptos fundamentales, fueron descritos y explicados, en diversas, y repetidas, partes del documento.

En el mismo sentido hay que entender que este documento de la ONU resalta - ampliamente - que el término “ambiente” contempla mucho más que los bosques prístinos, los arrecifes coralinos, y la “naturaleza”. Pues, incluye también conceptos como el ambiente “creado por el hombre...económico, tecnológico, social, legislativo, cultural y estético. “

Por ejemplo, en la sección de “Metas Ambientales” señala: “Mejorar todas las relaciones ecológicas, incluyendo la relación de la humanidad con la naturaleza y de las personas entre sí”.

En cuanto a los “Objetivos Preliminares” resalta: “Para cada nación, de acuerdo con su propia cultura, esclarecer por sí misma el significado de conceptos básicos, tales como la “calidad de vida” y la “felicidad humana”, en el contexto del ambiente global, esforzándose también para precisar y comprender estas nociones como son entendidas por otras culturas más allá de las propias fronteras nacionales” y

“Identificar las acciones que garanticen la preservación y el mejoramiento de las potencialidades humanas y que favorezcan el bienestar social e individual, en armonía con el ambiente biofísico y con el ambiente creado por el hombre.”

En la sección de “Objetivos de la Educación Ambiental” incluye diversas áreas, tales como: “Conocimientos. Ayudar a las personas y a los grupos sociales a adquirir una comprensión básica del medio ambiente en su totalidad, de los problemas conexos y de la presencia y función de la humanidad en él, lo que entraña una responsabilidad crítica” así como “Actitudes. Ayudar a las personas y a los grupos sociales a adquirir valores sociales y un profundo interés por el medio ambiente que los impulse a participar activamente en su protección y mejoramiento” y “Capacidad de evaluación. Ayudar a las personas y a los grupos sociales a evaluar las medidas y los programas de educación ambiental en función de los factores ecológicos, políticos, sociales, estéticos y educativos.”

En cuanto a “Destinatarios” apunta: “El sector de la educación formal: alumnos de preescolar, elemental, media y superior, lo mismo que a los profesores y a los profesionales durante su formación y actualización” y “El sector de la educación no formal: jóvenes y adultos, tanto individual como colectivamente, de todos los segmentos de la población, tales como familias, trabajadores, administradores y todos aquellos que disponen de poder en las áreas ambientales o no.”

La sección “Directrices Básicas” aclara que “La Educación Ambiental debe considerar al ambiente en su totalidad - natural y creado por el hombre, ecológico, económico, tecnológico, social, legislativo, cultural y estético.”

En resumen, en lugar de escoger el camino fácil, y salpicar palabras que son de moda sobre el documento (como es la costumbre para muchos eventos internacionales), los autores de la Declaración de Tbilisi optaron por definir, explicar y desglosar los conceptos claves. Así mismo, aunque el término “ética” se resalta por su ausencia en dicha Declaración, abundan las descripciones en el texto que sólo pueden ser apreciadas dentro del concepto de la ética.

De manera burdo, bruto, hasta asqueroso, el mejor ambiente para apreciar, enseñar y discutir los fundamentos de la Educación Ambiental no es un bosque prístino u otro “área natural” bello y tranquilo, sino un baño de camioneros. ¿Dónde mejor experimentar, de primera mano, problemas impactantes, y complejos, sobre no sólo el ambiente físico, sino también asuntos sociales y económicos, con ramificaciones políticos y éticos? ¿Dónde mejor se puede provocar el pensamiento crítico?

Más recientemente, la Conferencia Mundial sobre Ciencia: “Ciencia para el Siglo Veintiuno, Un nuevo compromiso”, organizada por la UNESCO, y con la activa participación de científicos de los países de esta región, destacó la importancia de la educación ambiental para alcanzar sus objetivos.

Enfocándonos en la región, es importante destacar que muchos (si no todos) de los países de Latinoamérica y el Caribe han aprobado leyes y reglamentos involucrando, si no exigiendo, acercamientos y metodologías de la Educación Ambiental. En gran medida la República Federativa do Brasil y los Estados Unidos de México son líderes, tanto al nivel regional como al nivel mundial.

Por ejemplo, Brasil cuenta con políticas públicas como:

Lei no 9.795, de 27 de Abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

Lei no 9.985, de 18 de Julho de 2000: Sistema Nacional de Unidades de Conservação, SNUC;
y Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Por su parte, México tiene la Ley de Educación Ambiental, así como otras leyes, normas y políticas públicas directamente relacionadas con esta ley. Ambas naciones, tanto Brasil como México, cuentan con destacados programas universitarios y también de la sociedad civil, sobre la Educación Ambiental, en el verdadero entendimiento de esa disciplina.

De igual manera, hay que reconocer el avance de varias iniciativas nacionales y regionales sobre la Educación Ambiental, tales como El Programa Latinoamericano y Caribeño de Educación Ambiental (PLACEA) y el Congreso Iberoamericano de la Educación Ambiental. Estos hacen mucho énfasis explícito sobre asuntos netamente políticos. Por ejemplo, los objetivos incluyen:

“Estimular la participación y el protagonismo de todos los actores sociales involucrados en la planificación e implementación de programas de educación ambiental en cada uno de los países.”

“Facilitar la construcción de nuevas orientaciones conceptuales y metodológicas para la educación ambiental en la región, de tal manera que la educación ambiental se convierta en un factor de apoyo para la construcción de sociedades democráticas, inclusivas, prósperas y responsables de su ambiente.”

“Enlazar a la educación ambiental con los temas prioritarios de la región definidos en la Iniciativa Latinoamericana y del Caribe (ILAC) en particular con los relacionados con la preparación contra Desastres Naturales, mejoramiento de la salud humana, lucha contra la pobreza y la discriminación racial y de género, así como con la protección de la diversidad biológica, conservación y uso sostenible del agua, los bosques y el consumo y producción sostenibles.”

Sin duda alguna, estos conceptos fundamentales, iniciativas y avances para el desarrollo de la Educación Ambiental muestran una hermandad muy cercana con los objetivos y temas de la Conferencia 2018 de CLACSO.

En conclusión, El Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales y sus diversas iniciativas y funciones, tales como su Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales y el Foro Mundial del Pensamiento Crítico, así como su compromiso para las Luchas por la Igualdad, la Justicia Social y la Democracia. Por lo anterior, apremia fortalecer los enlaces entre la CLACSO y los diversos programas e iniciativas en la región sobre la Educación Ambiental.

.....

* Jack Frazier

Smithsonian Institution SI. Washington DC, Estados Unidos

Resumen de ponencia

DIPLOMACIA DIGITAL Y GUERRAS HÍBRIDAS

*Maria Susana Soares

En América Latina, en los años 70s ha ocurrido una serie de discusiones sobre las transformaciones en el campo de las ciencias sociales en consecuencia de la conjugación de los cambios tecnológicos y de la explosión de nuevos actores internacionales. El área de la diplomacia no ha sido una excepción. Recientemente, el interés de los investigadores suramericanos se ha concentrado en la efectividad de la “diplomacia de cumbres” en sur América, así como las orientaciones de la “diplomacia preventiva”, la “diplomacia presidencialista”, la twiplomacia, la “diplomacia de la defensa”, la diplomacia de clubes”, “la diplomacia de redes”, entre otras. El uso de Twitter se transformó en una herramienta diplomática, adquiriendo fundamental importancia para fomentar las relaciones entre los miembros de los países, el intercambio cultural y el desarrollo económico. En América Latina, en el año de 2015, estaban localizados cuatro de los cinco líderes mundiales más activos en el uso de Twitter: los Presidentes de México, de Colombia, de Argentina y de Brasil.

El avance de la diplomacia digital, simultáneamente, vio surgir los ciberataques, antesala de la guerra híbrida, estrategia militar que mezcla tácticas de guerra política, guerra convencional, guerra irregular, y ciberguerra con otros métodos de influencia, como fake news, diplomacia e intervención electoral externa.

La OTAN creó el término guerra híbrida para calificar a un tipo de conflicto en el que unas potencias tratan de desestabilizar a otras a través de todo tipo de estrategias de influencia. Ellas incluyen una gran variedad de herramientas como la diplomacia, las acciones de inteligencia tradicionales, actos subversivos y de sabotaje, influencia política y económica, instrumentalización del crimen organizado, operaciones psicológicas, propaganda desinformación y ciberataques.

La idea de guerra híbrida es de autoría de un general ruso, basándose en estrategia soviética y tácticas derivadas de movimientos revolucionarios y de guerra partidaria, y que los militares rusos han implementado al este de Ucrania.

Para algunos, el término, acuñado en 2009 por el periodista estadounidense Frank Hoffman, y ya anticipado por George Kennan en 1948, es tan antiguo como la propia guerra. En todo caso, no entra en la habitual definición de guerra: la convencional (entre Estados) y la asimétrica (un Ejército contra una guerrilla). Se trata de una fusión de soldados con y sin uniforme, paramilitares, tácticas terroristas, ciberdefensa, narcoconexiones, insurgencia urbana y fusiles AK-47. “Es una combinación de medios e instrumentos, de lo previsible y lo imprevisible. No hay fronteras entre lo legal y lo ilegal, entre la violencia y la no violencia. No hay una distinción real entre guerra y paz”, dice Félix Arteaga, investigador de Seguridad y Defensa del Real Instituto Elcano. Finalizando, el fundamento teórico-práctico de una guerra híbrida se puede dividir en los siguientes cuatro puntos:

En primer lugar, una guerra híbrida incorpora la implicación de una o varias potencias que tratan de influir en un conflicto de manera determinante sin intervenir

directamente a gran escala. Se desarrollan tácticas que permiten interferir en conflictos fuera de sus fronteras, maximizar las debilidades del enemigo y, al mismo tiempo, evitar una confrontación abierta. La esencia táctica es alcanzar los objetivos sin abrir fuego y mantener al ejército regular como elemento de disuasión y contención.

En segundo lugar, a causa del tipo de fuerzas que entran en contienda, su organización, sus estrategias, tácticas y objetivos, la guerra híbrida reúne particularidades de la guerra asimétrica. Mark Galeotti se refiere a la guerra del Donbass como una geopolítica de guerrillas, y es que existen no pocas similitudes con la clásica guerra de guerrillas: una cadena de mando descentralizada, unidades sin contacto entre sí, flexibilidad estratégica, los enfrentamientos frontales de largas formaciones dejan paso a emboscadas, maniobras envolventes y cercos a unidades completas.

En tercer lugar, la guerra híbrida es multidimensional. El conflicto trasciende el escenario militar para alcanzar también la economía, las nuevas tecnologías de comunicación (ciberguerra), la inteligencia o los medios de comunicación y redes sociales mediante la llamada guerra de la información. La relevancia de los métodos no militares en la consecución de los fines estratégicos es creciente. Estas dimensiones de contienda o competición se dan en tres campos de batalla: el propio del enfrentamiento armado, el de la percepción de la población local; y el que acontece en la comunidad internacional. El elemento central en los métodos no militares es la comunicación. Siendo los medios y las redes sociales tanto instrumento como arena de enfrentamiento bélico. El propio conflicto de Ucrania puede ser definido como la principal guerra de la información en la era online.

.....

*** Maria Susana Soares**

Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Rio Grande do Sul - PPS/UFRGS. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil

Resumen de ponencia

ENTRE LA INCERTIDUMBRE, LO DESCONOCIDO Y LA SORPRESA: LA CUESTIÓN DEL NO CONOCIMIENTO EN LA CONTROVERSIA SOBRE TRANSGÉNICOS EN LA ARGENTINA

*Ana Maria Vara

A pesar de la velocidad y masividad de la incorporación de cultivos transgénicos en la Argentina, sobre todo, de la soja tolerante a glifosato o soja RR aprobada en 1996 (que hoy representa más de la mitad de la superficie cultivada destinada a commodities y constituye uno de los rubros más importantes de la balanza comercial del país), esta problemática permaneció casi inadvertida para el gran público durante casi una década por una serie de razones propias de la historia agrícola del país y del estado de la discusión en torno a los impactos del proceso de ajuste estructural de la década del noventa en la esfera pública, entre otras (Vara, 2005: cap. 4). Sin embargo, entre 2008, en relación con el llamado paro del campo; y 2009, fundamentalmente, en torno a las denuncias del investigador Andrés Carrasco articuladas en torno a los reclamos de movimientos sociales como las Madres de Ituzaingó, la cuestión alcanzó visibilidad ante la opinión pública, derivando en una controversia técnico-ambiental, según la terminología inaugurada por Nelkin (1971, 1971, 1982), que evidenciaba un fenómeno de resistencia a la tecnología (Bauer, 1995, 2010). Entre otros aspectos interesantes observados, puede destacarse el deslizamiento del foco de la controversia de los transgénicos en sí, a la soja transgénica en particular, al glifosato, a las fumigaciones; así como un proceso de estigmatización de la soja transgénica y del glifosato (Vara, Piaz y Arancibia, 2012).

En esta presentación, nos proponemos explorar una dimensión poco analizada de esta controversia: los aspectos que tienen que ver con la ignorancia y el no conocimiento en relación con el conocimiento experto. Las teorizaciones sobre el no conocimiento han ganado complejidad y matices dentro de los estudios sociales de la ciencia y la tecnología en los últimos años. Son varios los marcos teóricos desarrollados y amplio el abanico de categorías propuestas, que incluye incluso la acuñación de nueva terminología técnica, como el término “agnotología” desarrollado por Proctor (2008) para destacar el carácter de construcción social e históricamente situado del no conocimiento. Estos nuevos marcos teóricos y categorías ofrecen perspectivas iluminadoras que permiten abordar cuestiones cruciales en relación con los debates públicos entre expertos, es decir, aquellos debates en que los argumentos técnicos resultan valorados especialmente. En especial, nos enfocamos en el análisis de la retórica del debate público entre expertos en la controversia sobre transgénicos en la Argentina en relación con la sociología de la ignorancia. Algunos autores sostienen que los críticos de los transgénicos lograron “politizar” el debate —es decir, ampliar la discusión, de manera que exceda los argumentos puramente técnicos— al señalar los

límites del conocimiento producido y hasta la incapacidad de reconocer el alcance de esos límites, en relación con los impactos sociales y ambientales. En particular, Beck y Wehling (2012: p. 47) describen estos esfuerzos como un ejemplo de politización de lo “desconocido desconocido” (unknown unknowns), categoría que apunta a poner en evidencia la eventual ignorancia de lo ignorado, es decir, la radical imposibilidad de prever ciertos impactos de las tecnologías, y cuyos ejemplos canónicos son dos fenómenos globales de alto impacto: cambio climático y adelgazamiento de la capa de ozono.

Además de corroborar esta observación en nuestra investigación, es decir, de encontrar argumentos que giran en torno a la categoría de lo desconocido desconocido en función de justificar el riesgo de impactos imprevisibles de los transgénicos en la salud y el ambiente, en nuestra investigación hemos alcanzado los siguientes resultados preliminares en relación con los argumentos técnicos presentados en la discusión pública sobre transgénicos en la Argentina: a) que la discusión pública gira en torno de los transgénicos, la soja transgénica y las fumigaciones, lo que implica una cierta ambigüedad sobre el foco de la controversia, que puede ser utilizada de manera estratégica por distintos actores sociales; b) la construcción de cierto consenso en torno a algunos impactos positivos y negativos de la adopción de la soja transgénica; c) lo que no implica el abandono de otros reclamos o denuncias en la línea de lo “desconocido desconocido” (ver Vara, Piaz y Arancibia, 2012); d) el uso de la categoría “sorpresa” (Gross, 2010), que se refiere a la posible verificación de impactos imprevistos de características positivas, por parte de actores pro-transgénicos, para contrapesar el argumento de lo “desconocido desconocido” esgrimido por actores antitransgénicos; (4) la presencia de señalamientos específicos en torno a la categoría de “necesidad”, en particular en función del riesgo financiero, en relación con el peso de la producción y exportación de soja en la economía de la Argentina, que supone una tácita admisión de los límites del conocimiento.

Creemos que el uso de estos marcos teóricos para analizar el debate experto que atraviesa la controversia sobre transgénicos permite ahondar en la comprensión de la misma, así como posibilita el desarrollo y la propuesta de abordajes que faciliten la discusión pública democrática y participativa en torno a esta problemática de vital importancia económica, sanitaria y ambiental en la Argentina.

.....

* Ana Maria Vara

Escuela de Humanidades. Universidad Nacional de San Martín - EHU/UNSAM. San Martín, Argentina

Resumen de ponencia

ESTRUTURAÇÃO DA AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO NO BRASIL

*Luís Filipe Azevedo De Oliveira

O ensino superior e a sua relação com os avanços sociais e crescimento econômico vêm configurando uma das principais ordens na agenda política de diversos países nos últimos anos. Somado a esse fato, há uma crescente ênfase na eficácia e eficiência das universidades em suas atividades de ensino e pesquisas financiadas pela iniciativa pública e privada. Isto é, a necessidade de otimizar a alocações de recursos exige que avaliações sistemáticas sejam realizadas, de modo a reorientar e reestruturar o apoio à pesquisa, na tentativa de racionalizar as organizações e aumentar a produtividade. Em vista disso, estimulou-se ou impuseram-se atividades de avaliação de tais instituições. Assim, por razões de governança, responsabilidade e garantia de qualidade, existe um crescente interesse por parte dos políticos, empresário, sociedade e demais stakeholders em como aferir a excelência das instituições de ensino, por meio de técnicas de benchmarking. Além disso, a globalização e massificação da educação superior fez com que diversos órgãos competentes ao redor do mundo repensassem a maneira que os sistemas regulatórios vêm sendo conduzidos, de modo a garantir um padrão internacional de educação, principalmente nos programas de pós-graduação. As universidades se esforçam para alcançar status e visibilidade internacional, em um contexto competitivo, promovidos por uma tendência globalizada das últimas duas décadas, em relação ao financiamento de pesquisa e ensino superior baseado em desempenho.

No Brasil, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) desempenha papel crucial no que tange o panorama dos Programas de Pós-Graduação, com o objetivo de assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país. Assim, a Capes possui tradicional desempenho no que diz respeito ao fomento à pós-graduação stricto sensu, exercendo atuação em todo o território nacional.

A conjuntura nacional de pós-graduação é avaliada estruturalmente pela Capes através de um sistema de avaliação, em contínuo aperfeiçoamento. Portanto, pode-se afirmar que o sucesso da pós-graduação stricto sensu no Brasil está estreitamente relacionado ao Sistema de Avaliação da Capes, do qual o financiamento dos programas depende, vínculo entre o sistema de avaliação e as ações efetivas para a distribuição de bolsas e de recursos de fomento aos programas. Trata-se de um sistema institucionalizado na sociedade, conduzido pela Capes, mas sob a responsabilidade dos comitês das respectivas áreas de conhecimento.

No que tange a pós-graduação em engenharia de produção, é fundamental destacar que esta área da ciência inicia sua atuação onde as demais engenharias terminam: no

projeto e gestão dos processos que envolvem recursos físicos (equipamentos e materiais) e humanos, para entregar produtos e serviços à sociedade. Em decorrência disto, a Engenharia de Produção defronta-se com um dilema secular: a articulação entre as ciências naturais e sociais - estas últimas caracterizadas pelos fenômenos decorrentes da psique humana, que afloram nos momentos de tomada de decisão. Assim, um sistema avaliativo que capte todas as particularidades de uma pós-graduação em engenharia de produção se faz necessário, visto que o uso de métricas formais limitadas, embora necessário à regulação, deveria ser complementado por instrumentos para facilitar a autorregulação e ampliação do nível de autoconsciência do sistema regulado. Em linha com as escolas modernas de administração, objeto do campo de estudos da Engenharia de produção, sistemas organizacionais que requerem constante inovação devem adotar modelos de gestão que facilitem a visão crítica e sistêmica de seus agentes.

É importante frisar que a necessidade de manter um sistema avaliativo é incontestável, na medida em que o mesmo promove um modelo de melhoria contínua dos Programas de Pós-Graduação nacionais. Continuar o comentário. Isto porque o modelo de regulação adotado pela Capes, é hierárquico e externo ao sistema avaliado, não incentivando a avaliação crítica e a regulação distribuída, capazes de promover a avaliação formativa.

Face ao exposto, este trabalho busca investigar, em diversas dimensões, como a condução da avaliação Capes da engenharia de produção pode ser estruturada, com foco no processo que uma Pós-Graduação desencadeia na formação de pessoas. O objetivo final do processo consiste em promover o desenvolvimento contínuo e sustentado dos programas vinculados e dos seus resultados para a sociedade. Aqui, portanto, se propõe o uso de uma metodologia de Pesquisa Operacional Soft, para a estruturação deste problema social complexo, envolvendo diversos agentes de atuação, com interesse e ações distintas, que representem a complexidade, conflitos e incertezas existentes.

Esta investigação baseia-se no método CHAP2 (Complex Holographic Assessment of Paradoxical Problems), uma metodologia sistêmica de estruturação de problemas, baseada em mapas metacognitivos, que auxiliam na gestão de problemas sociais complexos, e que envolve interações entre os componentes humanos, tecnológicos, organizacionais e ambientais. Essa metodologia, assim, apoia a estruturação do problema da avaliação aqui exposto, incluindo o Sistema de Avaliação Capes da Engenharia de Produção.

Cabe ressaltar que o CHAP2 é um método de estruturação de problemas, que se propõe a facilitar a percepção dos processos organizacionais pelos agentes envolvidos e a auto-regulação/autogestão de atividades em sistemas complexos. Seu uso decorre do impasse e a falta de alternativas para lidar com problemas em políticas públicas, tanto pela abordagem das ciências econômicas, quanto de administração, engenharia e ciências da gestão.

A pesquisa conduzida aponta que a simplificação imposta pela gestão hierárquica da Capes se orienta pela lógica de mercado. Assim como no caso do desenvolvimento socioeconômico, onde o sistema financeiro substitui as necessidades da população e qualidade de vida pelos indicadores econômico-financeiros, também no caso da pós-graduação, o mercado editorial substitui a contribuição para o desenvolvimento nacional pelos indicadores cientométricos.

Em ambos os casos, protela-se o desafio de lidar com a complexidade dos sistemas organizacionais, o que é particularmente grave quando se trata da gestão de organizações ou indivíduos humanos. Exemplo disto é o crescente desinteresse dos professores da engenharia de produção em conduzir projetos de extensão, uma vez que isto não aparece nos indicadores da Capes, embora tenha alto impacto para a sociedade. Evidências na prestação de serviços de interesse público não deveriam ser descartadas em nome de uma pretensa isenção proporcionada por indicadores quantitativos.

Esta situação é agravada pela crença de que é a competição por recursos escassos que promove o desenvolvimento humano, e não a responsabilidade social, princípio que justifica a existência das organizações públicas. Sabemos que alguns programas de engenharia de produção se pautam por uma prestação de serviços em larga escala espaço-temporal, seja na formação de profissionais qualificados para atuar no setor educacional e produtivo, seja em pesquisas que apoiam iniciativas sociais.

.....

*** Luís Filipe Azevedo De Oliveira**

Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção PEP/UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

LAS REDES SOCIALES ACADÉMICAS EN AMÉRICA LATINA: ¿UNA ALTERNATIVA AL FACTOR DE IMPACTO?

*Daniel Buquet

Las nuevas tecnologías de la información y la comunicación, desde su incorporación en las últimas décadas del siglo pasado, han transformado al mundo y también al trabajo académico. En particular, la digitalización ha fomentado una más intensa colaboración entre académicos de diversas partes del mundo. El uso de Internet ha promovido crecientemente la interacción entre investigadores de formas variadas. Primero, en la década de 1990, se popularizó el uso del correo electrónico y la navegación en la world wide web para ubicar información. Luego, durante los primeros años del presente siglo, se difundió el uso de la Web of Knowledge y Scopus para acceder a literatura científica y a indicadores de impacto. Simultáneamente, Google Scholar se convirtió en un medio útil y atractivo para localizar literatura académica sin necesidad de tener una suscripción. Uno de los fenómenos más recientes ha sido la emergencia de Redes Sociales Académicas (RSAs), diversos emprendimientos que permiten el intercambio de trabajos académicos y la interacción entre investigadores. Tal vez los más notables son Academia.edu y ResearchGate, ambos originados en 2008. En este tipo de redes, los investigadores pueden tener un perfil propio, subir documentos y datos, seguir diferentes indicadores e interactuar con colegas, entre otras características. Más adelante, en 2012, Google Scholar incorporó la posibilidad de crear un perfil individual que incluye un conteo de citas recibidas y el cálculo de algunos indicadores derivados. La comunidad académica en el mundo vienen creando sus perfiles en estas RSAs de forma creciente y con diferentes finalidades. La principal razón para crear un perfil en una RSA consiste en estar disponible ante la posibilidad de que un/a colega desee contactarse y las características más valoradas son la posibilidad de subir contenidos, buscar colegas y seguir indicadores (Van Noorden 2014). La participación en estas RSAs no es necesariamente positiva, desde que su uso puede resultar adictivo, y algunas de ellas desarrollan estrategias denominadas “gamification”, esto es, el uso de elementos derivados de los juegos para promover la participación y el involucramiento (Bacelar et al 2017). Pero el uso de las RSAs puede ser particularmente beneficioso en los países de menor desarrollo relativo; por ejemplo, Brasil muestra un número muy alto de miembros de ResearchGate y un RG score relativamente alto que refleja un involucramiento particularmente activo con el sitio (Thelwall and Kousha 2015). En cualquier caso, la creación de un perfil en una RSA y la publicación de documentos en ese ámbito, favorece la visibilidad de la producción del personal académico. Esta ponencia se propone discutir y evaluar comparativamente el uso de RSAs en América Latina dentro de la comunidad de las ciencias sociales. Para ello, en primer lugar, se revisa la literatura que trata de este nuevo mundo que, a pesar de ser muy reciente, ya es sumamente abundante, aunque prácticamente no se refiere específicamente a la región. En este sentido se busca caracterizar a las RSAs y su

utilización; qué busca cada uno de estos emprendimientos, qué posibilidades ofrece a sus usuarios y qué razones existen para utilizarlos. Por otra parte, el trabajo busca desarrollar un primer avance empírico sobre la utilización de RSAs dentro de las ciencias sociales latinoamericanas. Para ello se propone registrar y analizar el uso de RSAs en un conjunto de departamentos de ciencia política de la región. Como muestra se toma el conjunto de departamentos seleccionados por Altman (2011), que constituyen un conjunto razonablemente representativo de la disciplina dentro de la región y permite realizar una comparación intertemporal en términos de publicaciones e impacto. Así se construye una base de datos con el personal académico de esos departamentos y se verifica su presencia en cada una de tres RSAs: Academia.edu (AE), Google Scholar (GS) y ResearchGate (RG). Estas tres redes parecen ser, con gran diferencia, las más populares; RG tiene más de 14 millones de miembros (<https://www.researchgate.net/about>), AE reporta más 57 millones de personas inscritas (<https://www.academia.edu/about>) y GS aparece como la red más popular de acuerdo a una encuesta de la revista Nature (Van Noorden 2014). Además de la presencia de los investigadores de los departamentos seleccionados, la base incluye los indicadores que proporciona cada una de las redes, como el número de citas y el H index de GS y RG, el RG score de RG o el número de seguidores en AE o RG. El análisis de la información permitirá, además de una primera descripción del uso de RSAs en la región, la discusión de sus ventajas e inconvenientes, particularmente las posibilidades que brinda el uso de indicadores de producción e impacto académicos alternativos al número de citas y sus derivados (altmetrics).

Referencias

- Altman, David (2011). "Where is Knowledge Generated? On the Productivity and Impact of Political Science Departments in Latin America". European Political Science (advanced online publication).
- Bacelar, Fernando, Lina Morgado y Vitor Rocio (2017). Gamification Badges and Ratings: Impact on an Academic Social Network. https://riull.ull.es/xmlui/bitstream/handle/915/4782/GAMILEARN17_paper_18.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Thelwall, Mike and Kousha, Kayvan (2015)- "ResearchGate: Disseminating, communicating, and measuring Scholarship?". Journal of the Association for Information Science and Technology 66(5): 876 - 889.
- Van Noorden, R. (2014). Scientists and the social network. Nature, 512(7513), 126.

.....

* Daniel Buquet

Instituto de Ciencia Política. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de la República - ICP/UDELAR. Montevideo, Uruguay

Resumen de ponencia

LECCIONES PERDIDAS: CRITICIDAD Y CIENTIFICIDAD EN LA TEORÍA SOCIAL

*Colen Carlos Grant

A grandes rasgos podemos definir que la científicidad, en todos los campos del saber, de la cultura occidental abarca un periodo que se extiende desde mediados del Siglo XIX hasta el primer cuarto del Siglo XX. Estas siete u ocho décadas permiten la llegada al cenit de un entramado de conocimientos, cuyos aspectos teórico/filosófico se fueron incubando en la cultura griega y condicionaron el desarrollo del conocimiento durante los siglos que conocemos como Edad Media europea. Tanto la tarea de Hegel como la de Marx y Engels consistió en el esfuerzo titánico para poner a punto este trasfondo extraordinario del legado filosófico/cultural de los griegos, en el contexto de la acelerada modernidad que transita Europa con sus torbellinos productivos, sociales y culturales.

Uno de los problemas más serios que se le presentó a los historiadores del materialismo, tanto como del idealismo del Siglo XIX, está cifrado en las dificultades para comprender la relación idealismo materialismo en tanto la materia, en la concepción que nos llega -vía Marx/Hegel- de los griegos, no es la que concibe el materialismo francés newtoniano, como la del resto de la Europa culta sino una entidad indeterminada cuyos fenómenos abren un nuevo cuadro físico/filosófico del mundo, que tendrá su remate en la teoría de la relatividad.

El llamado pensamiento crítico -que influye en la teoría social- como el estereotipo cientificista de raíz anglosajona que predomina en las ciencias duras tienen su origen en el colapso histórico de la matriz causal/determinista, que había guiado tanto a la ciencia como a la teoría social en su versión revolucionaria. Este colapso se produce en la tercera década del Siglo XX, en un proceso paralelo que sepulta esta matriz causal/determinista e impone los principios de la incertidumbre y el escepticismo. La deriva (con Horkheimer/Adorno) de la Escuela de Frankfurt y el pensamiento crítico es a la teoría social lo que el cientificismo/positivismo lógico y Popper/Lakatos representan para la ideología y la filosofía liberal en las ciencias naturales, cuyo estereotipo encumbra la cultura anglosajona, hasta la llegada de Kuhn en la década del 60. Kuhn restituye -con su idea de paradigmas- el modo historicista del desarrollo tanto de las ciencias naturales como de la teoría social: es en la tesis cardinal de la ERC donde define el paralelo genético entre las revoluciones políticas y las revoluciones científicas “La Estructura de las Revoluciones Científicas” (Kuhn [1962] 1996).

Sorprende observar que los logros más notables de las ciencias contemporáneas ligadas a la producción estén guiados por parámetros causal/deterministas y que la teoría social se disuelva en una infinita fragmentación de sus concepciones teóricas y

prácticas, alejadas de su “objeto” real de estudio. Qué muestra puede superar el desciframiento del “Code Genético”, con su preciso mecanismo celular, que permite entender e intervenir sobre el desarrollo de la vida en todas sus formas, o la química sintética, que supera cualquier pensamiento de ciencia ficción, con las posibilidades que abre en el trabajo con sustancias, o la nanotecnología de los tejidos, etc. etc..

Todos los fenómenos de la vida social y de la naturaleza obedecen a leyes rigurosas causales deterministas. De otra manera no podrían existir las reglas rigurosas que deben obedecer quienes quieren internarse en el universo de la música, de la pintura o de la danza. ¿Hay algo más etéreo e inasible que la música? Y sin embargo desde Pitágoras a nuestros días, las leyes funcionales que hacen a la relación entre sus notas deben regirse por precisas leyes funcionales. Algo parecido podrías decirse de las leyes funcionales que hacen al ejercicio de la danza o sobre las que imperan en el mundo de la pintura...

Toda forma que crea la naturaleza o la cultura queda encerrada en rigurosas leyes funcionales. No sabemos por qué la materia se comporta de esa manera, cuando produce las flores, la piedra o la tersa piel del bebé, pero no nos queda ninguna duda - tras el estudio de la historia del desarrollo de las formas históricas inorgánicas, naturales y culturales- que es el modo como se desenvuelve la producción natural y social de la existencia humana. Sólo en el “locus” del intelectual volcado al universo sociológico las formas pierden toda regularidad y pueden guiarse por la imaginación del indagador de moda. Aunque la forma de los estados se conoce desde sus orígenes y se ha podido rastrear su curso, desarrollo y transformación, el intelectual volcado a lo social (sea politólogo-sociólogo-antropólogo...) no puede prever el desenlace transformador del Estado del cual es su contemporáneo e, obviamente, incidir en esa transformación.

El sesgo extraordinariamente holista de la ponencia responde al carácter panorámico de los estudios de posgrado del autor, cuya intención es trazar una semblanza, mapeo del curso epistemológico, que nos trae a los problemas teóricos más candentes de nuestra contemporaneidad.

La ciencia es un fenómeno internacional desde sus orígenes. En el Siglo XXI este carácter adquiere preponderancia global en todas sus formas porque es inconcebible la vida de la especie en el planeta (que ha superado los siete mil millones de habitantes) sin la ciencia y la tecnología modernas. Las facetas degradantes de la actividad científico/tecnológica no surgen de la ciencia y la tecnología per se sino de los intereses mercantiles multinacionales que sacrifican la salud humana, el medio ambiente y a todos los seres vivos del planeta en el altar de la tasa de ganancia. No es casual que sea en los bancos, y en su expresión financiera desquiciada, en donde se refleje de modo más aguda la crisis sistémica.

El modo causal/determinista -en general- aparece reñido con el espíritu de la filosofía e historia contemporánea de la ciencia, sobre todo en Argentina donde no se ha vivido el fenómeno de la revolución kuhniana y predomina un formato tradicional. Este divorcio de la ciencia real con las formas tradicionales de la filosofía e historia de las

ciencias (sobre todo de raíz anglosajona) se puede apreciar en las definiciones que emplea Kuhn para caracterizar el modo en que operan los miembros de una comunidad científica:

“nos gustaría describir esta investigación como una tentativa tenaz y ferviente de obligar a la naturaleza a entrar en los cuadros conceptuales proporcionados por la educación profesional” (Kuhn [1962] 1996: 26).

Este es el talante sobresaliente -según Kuhn- del modo de obrar de los protagonistas del desarrollo científico. Podemos asociar esta definición teórica de Kuhn a la manera de obrar y pensar del científico más destacado del Siglo XX, como lo fue Albert Einstein:

Pero el científico está imbuido del sentimiento de la causalidad universal. Para él, el futuro es algo tan inevitable y determinado como el pasado (...) su sentimiento adquiere la forma de un asombro extasiado (...) ante la armonía de la ley natural (...) todo el pensamiento y todas las acciones de los seres humanos no son más que un reflejo insignificante (Einstein [1924-1944] 2010: 57).

El autor de la presente ponencia es consciente de las dificultades que presenta una disertación, que adopta como perspectiva un ángulo, que contraría la moda académica contemporánea. Pero sabe -también- que la actividad científica, como toda otra actividad intelectual humana, pudo avanzar sólo derribando obstáculos.

.....

*** Colen Carlos Grant**

Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires - FCS-UBA. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina

Resumen de ponencia

MODELO DIAGNÓSTICO DE LA POLÍTICA PÚBLICA CIENTÍFICA PARA LABORATORIOS DE VISUALIZACIÓN (LABVIZ) EN INTERNET

*Rodrigo Rosales

Observando el desarrollo de un laboratorio de visualización (LabViz) se identifican distintos estados evolutivos de una política pública científica. El trayecto muestra una tendencia convergente entre los campos de conocimiento científico, social y humanístico dentro de la cultura digital que ilustran una incipiente forma tecnológica. A manera de “sonda” se define el LabViz en términos de un espacio físico cooperativo con pantallas electrónicas y con una metodología de trabajo interdisciplinaria sustentados por capacidades analíticas de big data a través del supercómputo. En un lapso comprendido desde la aparición de la supercomputadora financiadas para trabajo de investigación y la incorporación gradual de actividades de visualización o simulación mediante escenarios algorítmicos se identifican etapas formativas de una política pública científica que ilustran su evolución.

En el entorno de la complejidad, las interacciones entre organizaciones e individuos son resultado de acciones conjuntas cuya función coordinadora es básica para ejercer el control sobre los objetivos o metas preestablecidos y compartidos. Por tanto, la comunicación resulta esencial para lograr la comprensión y operación exitosa de las redes así conformadas en torno a una política pública. En este punto, acontece interpenetración multicapa y coevolutiva entre ciencias y humanidades: los LabViz, la política pública, la divulgación científica y el arte digital.

Nuevos currículos universitarios son creados para atender la comunicación multidisciplinaria. El sentido identificado en la evolución histórica del binomio ciencia-tecnología es el grado de su probabilidad utilitaria. Así, los conocimientos contenidos en las ciencias básicas requieren integrar lo excluido a fin de generar innovación ante problemáticas específicas.

Esta condición estructura tanto a la investigación científica como a la educación de las ciencias, así como a la divulgación científica. Los límites entre ellas se difuminan y la acción válida, además de la coordinación, es la adaptabilidad lograda al distinguirse entre ellas mismas. El LabViz coordina operaciones y conecta acciones (de observación, reflexivas e informativas) para decidir un orden novedoso sobre un plano caótico, pero comprensible. La solución propuesta es una forma y en tanto es así, constituye el resultado final de un proceso que es la operación fundamental del concepto de visualización aquí enunciado.

Finalmente, la difusión de una cultura científica amplía como medio la probabilidad de éxito de cualquier forma de conocimiento. El diseño, implementación y evaluación de una política pública científica necesita de la recursividad para estabilizarse y adaptarse a condiciones dinámicas y efímeras. Al ser así observada se visualiza un sentido: la semántica de su evolución. Un presente explicado por su pasado y la evidencia de una

potencialidad.

Con ambos atributos en su trayectoria se experimenta un escenario posible donde la tecnología del LabViz se constituye en un constructor de referentes a través del cual se experimenta la realidad y se coordina la selección de los vínculos entre programas y acciones para dar sentido a la forma de un sistema educativo nacional. En última instancia se argumenta y justifica, desde una perspectiva cibernética, la emergencia del LabViz como una organización de acoplamiento e interpenetración entre ciencia y sociedad en la era de la Internet. Más aún, se visualiza el potencial de un laboratorio de políticas públicas en su calidad de observador de segundo orden.

Como puede leerse, la teoría eje es una sociología cibernética; en específico, los sistemas sociales comunicativos de Niklas Luhmann y los conceptos de aprendizaje y comportamiento formulados por Gregory Bateson. Sin embargo, se considera la teoría crítica tecnológica a fin de ampliar la inclusión con otras comunicaciones, así como el de estimular la reflexión y la innovación

Por su parte, la metodología empleada para abordar esta tesis se basó en una búsqueda selectiva, representativa y exhaustiva de distintos centros de supercómputo en el mundo que integraban un laboratorio de visualización, así como el contar con cierto tipo de financiamiento por parte de alguna política pública estatal científica. El arte digital además de constituir la oportunidad de incluir a las humanidades en el campo de las ciencias y de las ingenierías como forma condensada de comunicación en la complejidad; es, principalmente relevante por su atributo funcional de operador de valores de la retroalimentación hacia una reflexión identitaria que favorece el cambio durante la autoorganización y la apertura de la organización representada en la cultura digital.

Estas ideas surgen de una investigación interdisciplinaria realizada por el autor que comprende tres licenciaturas en una universidad pública en México: Políticas públicas, Arte y comunicación digitales y Educación y tecnología digitales. Asimismo, se experimentó con la tecnología de un modelo piloto de LabViz. Lo que aquí se muestra es parte de un conjunto cuantitativo y cualitativo de resultados relevantes que contrastan la proposición planteada al inicio de este escrito: el LabViz es un modelo tecnológico emergente de diseño de comunicaciones y toma de decisiones colectivas e informadas para conocer y transformar la realidad desde la cultura y el arte digitales; empleado como un artefacto identificador -sonda- del trazo evolutivo de una política pública científica. En tanto convergen organizaciones y políticas públicas más estables, puede hablarse de un proceso tecnológico incipiente con potencial de democratizarse.

.....

*** Rodrigo Rosales**

Unidad Lerma. -Universidad Autónoma Metropolitana - LERMA UAM. Lerma de Villada., México

Resumen de ponencia

MOVIMIENTOS SOCIALES Y POLÍTICA CIENTÍFICA: REVISIÓN TEÓRICA ACERCA DEL CONCEPTO DE “UNDONE SCIENCE” EN LOS ESTUDIOS SOCIALES DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA

*Marcelo Raimundo Da Silva

El objetivo de esta ponencia es presentar, preliminarmente, los resultados de revisión de literatura acerca del surgimiento del concepto de undone science (“ciencia no realizada”) para comprender las relaciones entre activismo social y políticas científicas y tecnológicas en el contexto latinoamericano.

En el conjunto de los Estudios Sociales de Ciencia y Tecnología de la contemporaneidad, el concepto de undone science ha sido considerado un concepto teórico consolidado, en especial a partir de del libro “Undone Science: Social Movements, Mobilized Publics, and Industrial Transitions”, publicado por David Hess en el año de 2016. En este libro, Hess ofrece un estudio teórico extenso, que presenta, de forma innovadora, una junción de los Estudios Sociales de Ciencia y Tecnología con la literatura de los Nuevos Movimientos Sociales para formular la siguiente hipótesis: sectores sociales desfavorecidos o marginalizados política o económicamente no consiguen hacer que sus demandas sean incluidas en las agendas de ciencia.

A partir del análisis de movimientos sociales de protesta a la adopción y regulación de nuevas tecnologías industriales en EEUU, Hess propone que la operacionalización del concepto de undone science ha servido para avanzar la teorización respecto a cómo y por qué ocurre la participación o la no participación de sectores sociales marginalizados en procesos decisorios de políticas públicas de Ciencia y Tecnología.

Dichos sectores corresponden a movimientos sociales, organizaciones de la sociedad civil, activistas independientes, o sea, todos aquellos actores sociales no tradicionalmente pertenecientes al mundo académico y al Estado, de acuerdo con los cuales las agendas científicas existentes no incluyen ciertos problemas sociales, implicando la manutención de agendas de “conocimiento inexistente” (absent knowledge).

Aunque la importancia de Hess haya sido central para la creación del término undone science, hay que destacar el rol que tuvieron estudios previos hechos en la primera mitad de los años 2000. En este contexto, se daba por sentado que había dos procesos políticos en el sector de políticas de ciencia y tecnología: i) la importancia cada vez mayor de la ciencia en un ambiente social más tecnológico, llevando a la politización misma del hacer científico, bajo intereses políticos “de lo que sería útil saber” (what to

know) - como la agenda de investigación relacionada a grandes innovaciones industriales - y “de lo que sería irrelevante saber” (what to unknown), a ejemplo de las Ciencias Humanas y Sociales No Aplicadas, campos científicos considerados “no emergentes”; ii) tendencia de compensación en relación al poder político de actores tradicionales de Ciencia y Tecnología. Dicha tendencia se refiere a la modernización epistémica (epistemic modernization), que se define como la abertura del campo científico hacia las necesidades de conocimiento de actores no tradicionales de Ciencia y Tecnología, los cuales se han ubicado en posiciones sociales menos favorecidas o mismo en una situación de exclusión social.

Por lo tanto, actores antes marginalizados pasaron a ser percibidos como factores de cambio en la composición social de agendas de investigación, haciendo que estas mismas agendas se abran a nuevas perspectivas epistémicas. Estos actores pasan, así, a desafiar presupuestos teóricos tradicionales y a proponer nuevas metodologías, fortaleciendo, de hecho, la propia objetividad de la ciencia. Además, pueden incluso innovar el proceso de toma de decisiones en Ciencia y Tecnología, por medio de la inclusión de nuevas formas de participación social.

Se puede decir que este panorama de diversificación de los Estudios Sociales de Ciencia y Tecnología, en el sentido de investigar actores no tradicionales de Ciencia y Tecnología, ha consolidado una nueva atención epistemológica hacia factores extra-institucionales en los niveles meso y macrosociológico, con la intención de entender cómo la política de ciencia así como el conocimiento científico son organizados en términos de una economía política de la ciencia.

La inclusión más criteriosa de estas nuevas variables analíticas puede llevar, entonces, a nuevas preguntas de investigación acerca: i) de los procesos de inclusión/exclusión basados en desigualdades distribucionales de poder (distributional inequalities); ii) de los modos en que esa lógica de pérdidas y ganancias ocurre formalmente e informalmente, en términos de recursos, de relaciones entre organizaciones y de procedimientos.

De esa forma, para entender los procesos de cambio o estabilidad institucional en el sector de Ciencia y Tecnología, se hace necesario proponer los cuestionamientos siguientes: i) ¿por qué la ciencia ha ofrecido más recursos y ganancias para algunos grupos sociales en detrimento de otros?; ¿qué explicaría la selección y el rechazo de ciertos tópicos de investigación y de ciertas tecnologías?; iii) ¿por qué y cómo la política de Ciencia y Tecnología ha incluido algunos actores mientras ha excluido los demás?. Estos cuestionamientos indican, en suma, el cambio de énfasis hacia al conflicto político (politics) institucional del conocimiento y de la ignorancia en las sociedades contemporáneas y sirven como ejemplos de la aplicabilidad de la teorización del concepto de *undone science* para los países latinoamericanos.

En esta ponencia, se presentará parte de la revisión teórica de mi proyecto de doctorado, cuyo objeto es el análisis del activismo de movimiento sociales de Lesbianas, Gays, Bisexuales y Transexuales (LGBT) en la política científica brasileña, en el contexto de la redemocratización de Brasil. El proyecto está siendo realizado en el

Departamento de Política Científica y Tecnológica de UNICAMP, bajo la supervisión de la Profesora Doctora Maria Conceição da Costa.

.....

*** Marcelo Raimundo Da Silva**

Departamento de Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas DPCT/UNICAMP. Campinas, Brasil

Resumen de ponencia

MUJER, CIENCIA Y TECNOLOGÍA. UN ESTUDIO DE LAS POLÍTICAS PUBLICAS EN BOLIVIA Y MÉXICO

*Cristian Calderón Collazos

*Ximena Roncal Vattuone

La ciencia y la tecnología en América Latina ha sido siempre uno de los principales temas de debate y preocupación tanto en las agendas políticas como en las académicas de los Estados nacionales, debates desarrollados siempre, en el marco de la acumulación del capital, la legitimación de los sistemas sociales de los países centrales y la imposición de los intereses de las empresas transnacionales.

En los últimos tiempos, en el contexto de la globalización, la región ha experimentado cambios de época, en un esfuerzo por superar al neoliberalismo, a sus formas de pensar y actuar discriminatorias y de subordinación de la mujer, lo que está implicando la redefinición de visiones y de planteamientos creativos hacia la construcción de paradigmas alternativos, donde la ciencia y tecnología además de responder a las necesidades productivas y sociales nacionales debe fortalecer la participación equitativa de mujeres y hombres.

Entre las dimensiones de cambio más trascendentes generadas por la globalización se encuentra, el papel estratégico del conocimiento como motor del crecimiento económico y una revolución en la información y la comunicación como sus pilares. La tecnología se constituye como elemento fundamental del funcionamiento de la economía y de las relaciones internacionales. Acumular y aplicar el conocimiento se convirtieron en dos factores preponderantes para el desarrollo económico y una ventaja competitiva de los países en su inserción a la competencia mundial, tendencias que en las últimas décadas enfrentan principalmente las economías periféricas.

Magdalena Valdivieso (2009) considera que los problemas creados por las políticas globalizadoras han tenido repercusiones profundas en la situación de las mujeres ya que no se ha modificado la responsabilidad casi exclusiva del trabajo doméstico, por el contrario, este se ha intensificado como resultado de las restricciones del gasto público que reduce oportunidades, limita su capacitación y acceso a la información necesaria para una mejor inserción laboral; bajos salarios y desempleo que tienden a estimular la emigración como condiciones permanentes del proceso.

Silvia Berger (2004) coincide con Valdivieso cuando afirma que la globalización ha tenido consecuencias poco favorables para las mujeres, no se ampliaron las oportunidades de empleos bien remunerados, continua la discriminación salarial; se han reforzado las definiciones sociales de tareas “típicamente femeninas”, intensificando la reproduciendo del rol doméstico tradicional (servicio doméstico y servicios personales: secretarías, maestras y enfermeras); y la concentración del empleo femenino en esas áreas o en el sector exportador que requiere muy escasa calificación. Las mujeres permanecen invisibilizadas en actividades de ciencia y tecnología así como en trabajos más estables y bien remunerados.

Desde el año 2006, el Estado Plurinacional de Bolivia, en su proceso de cambio, se encuentra transitando en un imaginario de utopía llamado Vivir Bien como categoría de vida y filosofía anticapitalista, despatriarcalizadora y descolonizadora del Estado y de la sociedad, cuyas bases expresan la concepción cosmogónica comunitaria de la complementariedad, la solidaridad y la vida en armonía con la naturaleza, que se desprenden de las cosmovisiones y saberes de los pueblos y comunidades ancestrales. El Vivir Bien, dice Magdalena León (2010) es una construcción teórica y política que expresa las convergencias y articulaciones de las visiones de los pueblos y naciones ancestrales, propone un sistema económico incluyente, con desarrollo cultural y tecnológico soberano, donde se reconoce al ser humano como sujeto y fin. Cuestiona la teoría económica -por su parcialidad y por sus sesgos- para incluir una distinta manera de ser mujer y ser hombre.

Este proceso de cambio promueve un nuevo horizonte de transformaciones estructurales, desafiando con fuerza la vigencia de los derechos de las mujeres desde la diversidad, reconociendo el enfoque de género, el carácter patriarcal del Estado, de las políticas, de la gestión pública y de la redistribución de los recursos.

Un primer documento aprobado en diciembre de 2008 fue el Plan Nacional para la Igualdad de Oportunidades - Mujeres Construyendo la Nueva Bolivia para Vivir Bien, donde el Estado afirma la necesidad de formular políticas correctoras con principios básicos de justicia y de reafirmación de la alteridad de la mujer

De acuerdo con Ortiz-Ortega (2013) la situación problemática en México en materia de ciencia, tecnología e innovación con perspectiva de género, tiene tres condiciones: 1) la consolidación de conocimiento desde estas disciplinas; 2) el creciente y desproporcionado ingreso de las mujeres al sector, una áreas se feminizan (ciencias de la salud y biología), otras se encuentran con muy baja presencia femenina tal es el caso de las ingenieras y las tecnologías además de la débil participación en puestos de decisión y 3) los cambios que en materia legal se vienen ejecutando para traducirse en políticas públicas con perspectiva de género.

En las últimas décadas se ha buscado potenciar el enfoque de género en la investigación a partir principalmente de las luchas de mujeres en la ciencia e instituciones en defensa de la equidad de género y que ha obligado a impulsar acciones y praxis con mayor efectividad para impulsar su participación en todas las áreas de la ciencia, la tecnología y la innovación. Áreas de conocimientos reservadas para las elites masculinas como si el talento y la creatividad fueran condiciones de exclusividad,

La presente investigación aborda de manera comparada la visión y los avances -con base a sus normativas vigentes, Planes y Programas de Desarrollo-, que tienen Bolivia y su “paradigma comunitario del Vivir Bien” y México que insiste en continuar en el paradigma individual antropocéntrico de avanzar en el marco de la ciencia y tecnología. El estudio comparado pone énfasis en las políticas de equidad de género, los cambios en el proceso globalizador, los avances (o no) de la participación de las mujeres en la ciencia y tecnología y los desafíos a los que se enfrentan las mujeres en estos dos países Latinoamericanos en un mundo cada vez más incierto y violento.

.....

*** Cristian Calderón Collazos**

UNIVERSIDAD SAN FRANCISCO XAVIER DE CHUQUISACA -USFX. SUCRE, Bolivia

*** Ximena Roncal Vattuone**

UNIVERSIDAD SAN FRANCISCO XAVIER DE CHUQUISACA -USFX. SUCRE, Bolivia

Resumen de ponencia

O FINANCIAMENTO À PESQUISA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

*Anderson Luiz Da Silva De Oliveira

Num cenário caracterizado por descontinuidades das políticas públicas, busca-se o entendimento dos desdobramentos governamentais para o entendimento do financiamento à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação (C&TI) em um contexto no Estado do Rio de Janeiro.

Para isto, investigamos os resultados operacionais da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ com o intuito de obter um estado da arte do modo conceptivo de produção científica fluminense, tendo em vistas à avaliação de políticas de C&TI e dos movimentos sociais em defesa da produção das instituições científicas nacionais.

A FAPERJ como agência de fomento à ciência, tecnologia e inovação, tem como missão contribuir para o estabelecimento de condições favoráveis ao desenvolvimento social no estado. Neste sentido, tem como ferramenta essencial o combate à exclusão social e a garantia da presença do país no panorama do cenário internacional no que se trata a produção do conhecimento científico.

Nesta síntese, avalia-se a representação do fomento público no Estado do Rio de Janeiro, ou seja, pensamos a questão da importância social financiamento público à pesquisa em nosso Estado, uma vez que, entendemos que sem pesquisa não há inserção social no mundo.

Para a coleta dos dados, procuramos delimitar a pesquisa sob o enfoque da temática da política científica brasileira com o intuito em analisar o Financiamento à Pesquisa e os caminhos das Políticas Públicas em Educação, considerando assim, este tema como relevante para a área das Ciências Sociais e Humanas.

Por isso, ao escolher como apoio referencial as variáveis quantitativas e qualitativas no que se refere à pesquisa brasileira, temos o papel-chave para a construção de uma cidadania plena e o desenvolvimento cultural e socioeconômico para a promoção do bem-estar da população e na autonomia intelectual e tecnológica do país.

Segundo Bolzoani (2017), ao pensarmos sobre a conjugação de esforços das áreas e os reflexos do financiamento à pesquisa "... Não há dúvida de que para a maior parte dos integrantes da comunidade de CT&I os cortes e contingenciamentos de recursos destinados à pesquisa ocorreram de forma inesperada. E foram vistos, em um primeiro momento, como algo conjuntural a ser corrigido com diálogo e boa vontade. Mas, passado um ano, fica evidente que os cortes de verbas e as medidas adotadas, com a justificativa de combater a crise econômica, configuram um processo de desmonte de políticas públicas e não têm nada de circunstanciais...".

A motivação existente na escrita deste ensaio remonta à necessidade em compreender o financiamento à pesquisa no Estado do Rio de Janeiro, além de refletir em conjunto com os presentes, sobre a essência da materialidade ética existente nesta dinâmica.

Para isso, nos será imperativo buscar nos acontecimentos históricos o contexto das condições de fomento à ciência produzida in loco fluminense. Neste sentido, será a partir da síntese das relações temporárias, que dar-se-á a possível compreensão desta realidade que nos está posta.

Pois segundo os pesquisadores, os cortes em ciência no Rio de Janeiro tomam corpo e se materializam com base em uma visão na qual investimentos em CT&I são considerados um gasto não prioritário, supérfluo, ou desnecessário. Ou seja, desqualificam, de uma hora para outra, um projeto que o País vinha construindo há muitas décadas. Projeto que teve como protagonistas políticos de partidos distintos, entidades científicas e acadêmicas, cientistas, representantes empresariais e atores de vários segmentos da sociedade civil...”.

Portanto, o foco desta pesquisa, será o desdobramento da crise fiscal no Rio de Janeiro sobre o resultado no fomento à pesquisa em Ciência, Tecnologia e Inovação abordando conceitos da macroeconomia, pois entende que uma análise como essa, não se desvincula das tendências econômicas globais sobre os modos de financiamentos a ciência, tecnologia e inovação - e das concepções sobre as políticas públicas de CT&I.

.....

*** Anderson Luiz Da Silva De Oliveira**

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana. Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPFH/UERJ. Maracanã. Rio de Janeiro, Brasil

Resumen de ponencia

POLICIES ENCOURAGING UNIVERSITY-INDUSTRY COLLABORATIONS IN ARGENTINA. RESULTS AND CHALLENGES FOR THE UNIVERSITY OF BUENOS AIRES” PHARMACY AND BIOCHEMISTRY FACULTY

*Cecilia Rikap

During the governments of Nestor Kirchner and Cristina Fernandez de Kirchner in Argentina, between 2003 and 2015, the State renewed its role in the orientation of economic and social development, assigning a predominant place to the Science, Technology and Innovation (STI) policies. This included the creation of the Ministry of Science, Technology and Productive Innovation in 2007 and the development of two strategic plans for this sector: the “Plan Estratégico Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Bicentenario (2006-2010)” and the “Argentina Innovadora 2020: Plan Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación (2011-2015)”. These policies aimed, among other objectives, to promote the collaboration between universities and private enterprises.

In fact, the name of the established Ministry provides a clear orientation towards the developments of those links. Furthermore, one of its three main policy guidelines is the creation of “actions aiming to link the academic and productive systems generating public-private consortiums” (own translation). The strategic plans increased the role of the National Agency for Scientific and Technological Promotion (ANPCyT, by its Spanish acronym). The ANPCyT promotes university-industry collaborations by four different government funds distributed by open calls for project proposals (FonCyT, FonTar, FONARSEC and FonSoft). Between 2009 and 2015 the number of projects funded by the ANPCyT grew from 1 710 to 2 724, with a 140% of increase, in real terms, in the total allocation of funds.

In this presentation, we aim to evaluate the effects of these bundle of policies in Argentina’s flagship and biggest university in terms of budget, students and faculty, the Universidad de Buenos Aires (UBA). The UBA ranked second among Latin American institutions in the 2017 Shanghai World Universities Ranking, and first according to the 2018’s QS World Universities Ranking, occupying the 75th position worldwide. Considering the internal heterogeneity and complexities of the UBA, we focus on a globally privileged domain for university-industry collaborations: the biopharmaceutical. We must have in mind, thus, that results cannot be automatically applied to the experience of the whole UBA. In the UBA’s Pharmacy and Biochemistry Faculty (PBF) the orientation of national Science, Technology and Innovation policies encouraged the authorities to promote further links with private enterprises, as can be seen in its annual reports and in its 2014-2018 Strategic Plan.

In this context, what were the impacts of the university-industry collaboration policies on the PBF’s actual collaborations? In order to answer this question, we will analyze

the PBF's links with private enterprises by looking at the complete detailed list of their agreements with third parties between 1997 and 2013 (period chosen considering data availability) provided by its Technology Transfer Sub-Secretariat. We consider whether the type and quantity of links have changed since the implementation of the mentioned policies. Furthermore, since there is not significant history of patenting in the PBF, we also analyze collaborations with industry by performing a bibliometric analysis of the evolution of the UBA's co-publications with enterprises in the Pharmacy domain using Web of Science database and Cortext Manager Platform. This analysis is complemented by a semantic analysis of the evolution of research themes in order to acknowledge if researchers have adopted their research towards the government's strategic research orientations which were defined considering Argentina's industrial needs.

These analyses are complemented with in-depth interviews to researchers that were in charge of technology transfer agreements with private enterprises during the chosen period. Results show that even if the quantity of collaborations has been increasing, there was no significant transformation in the type of links, which have been and continue to be mainly technical assistances during the whole period. The bibliometric analysis of co-publications reinforces our main conclusion: the FBP is further collaborating with industry only to do mainly routine activities but there does not seem to be any change in terms of joint research projects that may lead to scientific discoveries nor to innovations. In terms of publications' topics, they tend to follow the international agenda, which sometimes coincides with Argentina's strategic research orientations.

The obtained results lead us to further discuss on the effects of the applied policies for academic research thinking of possible alternative policies for public science production in Argentina.

.....

* Cecilia Rikap

Institut de Recherche pour le Développement - IRD. Bondy, Francia

Resumen de ponencia

REFLEXIONES EN TORNO A LA RELACIÓN ENTRE LAS POLÍTICAS DE CIENCIA Y TECNOLOGÍA Y LOS MODELOS DE DESARROLLO A TRAVÉS DE LA INDAGACIÓN DE SUS PRINCIPALES ABORDAJES CONCEPTUALES.

*María Del Mar Monti

“Las políticas públicas están hechas de palabras” planteaba hacia 1997 Giandomenico Majone en su trabajo “Evidencia, argumentación y persuasión en la formulación de las políticas”, interesado en resaltar la importancia de cómo se “nombran” y en especial, cómo se argumentan las políticas públicas a lo largo de todo el proceso de formulación. En este sentido, es trabajo del analista de políticas reconocer los argumentos a partir de los cuales las políticas se conceptualizan y expresan.

Utilizando herramientas del análisis de políticas públicas, el presente trabajo propone analizar la relación entre las políticas de Ciencia y Tecnología (CyT) y los modelos de desarrollo a través de la indagación de los abordajes teóricos conceptuales que han primado en las discusiones internacionales en torno a este tema.

Para ello, se realiza un recorrido por las distintas etapas de la política científica desde la II Guerra Mundial en adelante, en pos de identificar las principales concepciones teóricas y debates que se fueron presentando en la agenda de investigación internacional y regional en torno a la relación: ciencia y tecnología y modelos de desarrollo. De modo, de avanzar sobre la influencia que estas discusiones tuvieron en la hechura de las políticas públicas para el sector.

Cabe dejar en claro que los abordajes de la ciencia y la tecnología, así como los debates que se dan dentro de la academia en torno a los mismos, no tienen necesariamente una influencia directa en la formulación de las políticas científicas, aunque pueden servir de argumentos en este proceso, ya sea porque se reflejan en la hechura misma de las políticas y/o en el posicionamiento público de los gestores y políticos que las promueven.

Dicho esto, es posible distinguir por lo menos tres etapas al momento de indagar acerca de los debates que giraron y giran en torno a las relaciones entre ciencia, tecnología y los modelos de desarrollo. Una primera etapa, entre los años cuarenta y cincuenta, cuyo impacto en las discusiones latinoamericanas llegaron posteriormente; una segunda etapa entre los años sesenta y setenta con mayor protagonismo regional, y la última desde los ochenta en adelante.

En cada etapa se analiza el contexto, el rol de los centros de investigación y los organismos internacionales y los debates que permean dentro de la agenda pública estatal.

En la primera etapa se recupera parte del debate en el Congreso Norteamericano en torno a la presentación del “Informe Bush” que sirvió de base teórica al “modelo lineal” para pensar el desarrollo científico en relación con el desarrollo económico. La

fuerte inversión en ciencia básica y la reorientación de la investigación hacia fines pacíficos tras la II Guerra Mundial, marcaron la etapa de la Big Science.

Se presenta además, algunos de los impactos que esto tuvo en América Latina en cuanto al incentivo a la creación de infraestructura para la investigación y, el progresivo apoyo a la idea de que la ciencia básica era el motor del desarrollo científico-tecnológico, ligándolo al desarrollo económico.

La segunda etapa de análisis, entre los años sesenta y setenta tuvo otra impronta en nuestra Región. A nivel internacional, las preocupaciones giraban en torno a cómo coordinar las políticas de los distintos organismos que realizaban investigación científica, ante la escasez de recursos y la imposibilidad de dar respuesta a todas las líneas de investigación. Empieza a perfilarse el “sentido nacional” de la política científica. Al mismo tiempo, que se extiende el cuestionamiento a la alta inversión en ciencia básica, entrando en juego diversos intereses y objetivos socioeconómicos al momento de repartir el presupuesto en investigación.

Los debates académicos estuvieron fuertemente motivados por los cambios que se estaban sucediendo en el contexto: signado por la crisis del modo de acumulación fordista-keynesiano durante los años setenta, y el advenimiento de la llamada revolución tecnológica.

Fueron años de importante debate en América Latina en torno al tipo de desarrollo que debía propiciarse a través de las políticas científicas y tecnológicas, marcado no sólo por las disparidades en los recursos financieros y humanos dedicados a las actividades vinculadas al conocimiento, sino también por la exclusión en gran medida de los procesos centrales de producción de conocimiento.

Estos debates tuvieron eco en la Región a partir principalmente de tres grandes vertientes: una referida a la historia de la ciencia de corte descriptivo, otra de estudios sociológicos y antropológicos de corte constructivista y una tercera, que Hernán Thomas (2010) llama “política”, que tuvo su mayor expresión en el Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología y Sociedad (PLACTS). A los fines de este trabajo, el foco se coloca en esta última corriente “política”.

Hacia los ochenta, estos aportes fueron perdiendo continuidad y profundización. El avance de las recetas neoliberales y del enfoque de los sistemas de innovación y sus influencias en el diseño de las políticas científico-tecnológicas, explican en parte este desplazamiento del centro del debate. Aparece entonces la tercera etapa de análisis de este trabajo, marcada por discusiones sobre el desarrollo y la Ciencia y la Tecnología dominadas por la perspectiva económica.

Ganan terreno los modelos de desarrollo endógenos que encuentran en lo local/regional la escala más adecuada para revisar los procesos de acumulación y regulación en la fase posfordista. Ello redefine el rol del Estado Nacional tanto como promotor del desarrollo económico y el perfil de las políticas que se diseñan.

En América Latina, se extendieron diversas líneas de investigación. Dentro de las más importantes, se encuentra la difusión de las teorías económicas que explican el cambio social y productivo en términos de innovación tecnológica. Estas líneas, motivaron la aparición en la Región de economistas evolucionistas y regulacionistas. Sus desarrollos e incidencias se analizarán hacia el final de esta presentación.

En las reflexiones finales, se realiza un balance en torno a algunas revalorizaciones y continuidades teóricas de estos debates en la actualidad y sus implicancias.

.....

*** María Del Mar Monti**

*CONICET radicada en la Facultad de Ciencia Política y RRH de la Universidad Nacional de Rosario CONICET- Fcpolit/UNR.
Rosario, Argentina*

Resumen de ponencia

RELAÇÕES CENTRO-PERIFERIA E AVALIAÇÃO DA CIÊNCIA COM BASE EM INDICADORES: DESAFIOS PARA OS ESPAÇOS PERIFÉRICOS

*Dirce Maria Santin

*Sônia Elisa Caregnato

Introdução

A avaliação da ciência com base em indicadores é uma prática consolidada em países do mundo todo. Indicadores são potencialmente úteis para revelar as configurações da ciência em diversos contextos, mas seu alcance é limitado e orienta-se, muitas vezes, pelos paradigmas da ciência mainstream. A avaliação da ciência com base em indicadores pode tanto gerar maior visibilidade para a ciência local e regional como construir e sustentar situações periféricas. O trabalho reflete sobre o binômio centro-periferia na ciência, a divisão entre a ciência mainstream e periférica e o uso de indicadores em espaços geográficos e disciplinares diversos. Os principais desafios da avaliação da ciência em espaços periféricos são discutidos, com vistas a refletir sobre o uso de indicadores nesses contextos.

O binômio centro-periferia na ciência

Para Shils (1975), as sociedades se constituem de estruturas semelhantes, nas quais é possível reconhecer uma zona central e várias zonas periféricas. Segundo ele, a zona central configura-se como o centro da ordem dos símbolos, dos valores e das crenças e governa a sociedade em diversos aspectos. Assim como na sociedade, as relações centro-periferia também ocorrem na ciência. Em ambos os casos, a periferia tende a ser dependente do centro. Os valores centrais são perseguidos em maior ou menor grau pelas zonas periféricas, que veem no centro um modelo a ser seguido (Arunachalam, 1995; Guédon, 2011).

A dicotomia na ciência pressupõe a existência de um centro que concentra o poder e estabelece um sistema de valores reconhecido e adotado, ainda que não por completo, por regiões e países periféricos (Mueller; Oliveira, 2003). O centro atrai os olhares da periferia e manifesta sua autoridade sobre ela. Estabelece assim um sistema de valores que determina as normas da ciência e define as bases para sua própria legitimação e para a manutenção das estruturas de poder do campo científico (Shils, 1975; Bourdieu, 1988).

Quanto mais dispersos estiverem os espaços periféricos, menores tendem a ser as possibilidades da inversão da ordem central da ciência. O centro não é coeso e a complexidade dos dias atuais contribui para o estabelecimento de centros menores no espaço fragmentado da ciência principal. A posição dominante está sempre em disputa, o que reforça a visão dos campos de luta de Bourdieu (1988). Já não há um centro único, mas vários coexistindo e gerando maior ou menor influência em diferentes espaços (Schott, 1998).

A condição periférica implica em estar longe do centro inovador, ter meios de

produção limitados e menor visibilidade internacional (Mueller; Oliveira, 2003). As periferias têm acesso desigual ao poder e relações irregulares em vários espaços. Fazem uso de categorias analíticas da ciência mainstream, com pouco espaço para influenciar os temas ou as agendas de pesquisa (Ràfols et al., 2016). Estabelecem relações por vezes irregulares e menos estáveis, sem a continuidade garantida por acordos entre instituições e países.

O binômio centro-periferia gera uma situação relacional que pode resultar em dependência ou revolta. As periferias podem permanecer como tal ou lutar para alterar suas posições em relação ao centro. Estar no exterior não significa apenas estar fora da zona central, implica em ser atraído e influenciado por ela, ainda que parcialmente. O poder do centro não é absoluto, nem rege por completo os princípios e as relações que se estabelecem na ciência. A periferia faz suas “escolhas”, ainda que parcialmente dependentes do centro.

As mudanças das últimas décadas provocaram reconfigurações na ciência e na comunicação científica, mas não resultaram na reconfiguração das relações centro-periferia. A perspectiva também se coloca para a avaliação da ciência, cujos olhares devem ser voltados aos padrões e às práticas de publicação e citação dos diversos campos, espaços geográficos e grupos sociais.

Avaliação da ciência em espaços periféricos

As últimas décadas foram marcadas pelo aumento das políticas e práticas de avaliação da ciência em países em todo o mundo. Os indicadores têm se mostrado potencialmente úteis para a avaliação de sistemas de ciência e tecnologia (C&T), pois reduzem tempo e custo, aumentam a objetividade e transparência e reduzem a complexidade dos resultados (Ràfols et al., 2016). Não capturam, entretanto, diversos aspectos da ciência. Alguns fenômenos podem ser mais bem interpretados com a avaliação qualitativa e outros exigem abordagens múltiplas. Há também a preocupação com o enfoque dominante dos indicadores, marcados pelo domínio da ciência mainstream e pela ideia da excelência acadêmica.

Várias regiões do mundo são consideradas periféricas, além de áreas do conhecimento e grupos de menor visibilidade. Cada periferia tem seus próprios sistemas de geração e uso de informação e a avaliação pode exigir diferentes indicadores, capazes de contemplar as potencialidades locais e regionais. A simples transposição dos indicadores da ciência principal para os espaços periféricos tende a gerar análises inadequadas e efeitos nocivos à ciência, com possíveis consequências sobre os sistemas de C&T, além de implicações nos níveis individual e institucional (Vessuri; Guédon; Cetto, 2014).

A atenção à ciência regional ou periférica também é defendida no The Leiden Manifesto for Research Metrics (Hicks et al., 2015), que busca sensibilizar bibliometristas, gestores e pesquisadores sobre boas práticas de avaliação da ciência com o uso de indicadores. O segundo princípio do Manifesto, “Medir o desempenho de acordo com a missão da instituição, do grupo ou do pesquisador” (Hicks et al., 2015, p. 430), refere-se à necessidade de adequar os indicadores de desempenho aos objetivos dos programas de C&T e ao contexto socioeconômico e cultural. Este princípio declara que não há um modelo único de avaliação que se aplique a todos os contextos e que a missão dos grupos avaliados deve estar na base das avaliações.

O terceiro princípio do Manifesto, “Proteger a excelência da pesquisa localmente relevante” (Hicks et al., 2015, p. 430), alerta para a importância da produção local e

regional. O Manifesto propõe a avaliação da ciência com base no pluralismo e na relevância social dos resultados das pesquisas, com indicadores mais inclusivos, definidos com base em políticas e estratégias locais. As práticas de avaliação precisam valorizar os resultados da ciência voltados às necessidades locais e regionais, mesmo que estes sejam mais difíceis de medir.

As características das áreas do conhecimento também têm influências sobre a visibilidade das pesquisas e sua integração com o centro ou a periferia. A preocupação com as particularidades dos campos está expressa no sexto princípio: “Considerar as diferenças entre áreas nas práticas de publicação e citação”. (Hicks et al., 2015, p. 430-431). O Manifesto reforça o cuidado com as distintas práticas de publicação e citação das áreas, além de aspectos como o enfoque básico ou aplicado das pesquisas e seu alcance local, regional ou internacional.

As peculiaridades dos campos de pesquisa precisam ser consideradas e respeitadas nos processos de avaliação da ciência, bem como no planejamento de políticas científicas e programas de fomento. A avaliação da ciência deve contemplar indicadores relevantes e ampliar o olhar para aspectos múltiplos, capazes de indicar os pontos fortes de cada contexto com base em seus padrões de produção, comunicação e uso da informação.

Desafios e perspectivas

Alguns princípios e desafios da avaliação da ciência são comuns a todos os contextos, como a adesão aos objetivos dos sistemas científicos, a transparência de dados e processos e a atualização de indicadores. Outros tendem a ser mais importantes em países e regiões periféricas, onde as configurações da ciência exigem maior atenção aos objetivos dos sistemas de C&T e aos métodos e contextos de avaliação.

Dois desafios principais se colocam para os espaços periféricos em relação à avaliação da ciência com o uso de indicadores. O primeiro está relacionado à ausência de fontes de dados representativas da ciência periférica, sem as quais os resultados da ciência são fortemente sub-representados. O segundo desafio consiste na proposição de indicadores mais inclusivos, com abordagem plural e contextual, capazes de representar de forma adequada a ciência periférica e seus padrões, os pontos fortes e aqueles que precisam de incentivo. A adaptação dos indicadores aos contextos periféricos e a utilização de indicadores múltiplos podem gerar melhores resultados na avaliação.

A base de qualquer avaliação é o contexto em que ocorrem os fenômenos. Assim também deve ser a avaliação da ciência das periferias, sustentada pelas políticas e estratégias locais, com olhares plurais e contextuais, capazes de revelar mais amplamente as configurações da ciência nos espaços periféricos.

Referências

- Arunachalam, S. 1995. Science on the periphery. *Knowledge and Policy* 8(2):68-87.
- Bourdieu, P. 1988. *Homo academicus*. Stanford University Press.
- Guédon, J.-C. 2011. El acceso abierto y la división entre ciencia “principal” y “periférica”. *Crítica y Emancipación* 3(6):135-80.
- Hicks, D. et al. 2015. Bibliometrics: The Leiden Manifesto for Research Metrics. *Nature* 520 (7548):429-31.
- Mueller, S. P.; Oliveira, H. 2003. Autonomia e dependência na produção da ciência. *Perspectivas em Ciência da Informação* 8(1):58-65.
- Ràfols, I. et al. 2016. On the dominance of quantitative evaluation in “peripheral”

countries. SSRN Electronic Journal.

Schott, T. 1998. Ties between center and periphery in the scientific world-system. *Journal of World-Systems Research* 4(2):112-44.

Shils, E. 1975. *Centre and periphery: essays in macrosociology*. University of Chicago Press.

Vessuri, H.; Guédon, J.-C.; Cetto, A.M. 2014. Excellence or quality? Impact of the current competition regime on science and scientific publishing in Latin America and its implications for development. *Current Sociology* 62(5):647-65.

.....

*** Dirce Maria Santin**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, Brasil

*** Sônia Elisa Caregnato**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Porto Alegre, Brasil

Resumen de ponencia

UNIVERSIDADE, PESQUISA E EXTENSÃO NA RELAÇÃO COM AS CLASSES POPULARES, NO BRASIL

*Ivanise Monfredini

Neste ensaio analisam-se experiências relatadas por pesquisadores responsáveis por projetos financiados pela Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS), as quais se desenvolvem em interação com agricultores familiares e catadores de material reciclado, valorizando a criação de conhecimentos. O foco é a análise das possibilidades formativas na relação universidade/movimentos sociais, a partir das contribuições contidas em Bringel (2014) e Arroyo (2003). Finaliza-se afirmando que da perspectiva da formação, as experiências relatadas permitem identificar possibilidades, tendo em vista que promovem práticas alternativas na relação da universidade com as classes populares no Brasil

O Brasil é um país marcado por desigualdades sociais, no qual tem sido poucos os momentos históricos em que se pode identificar a existência de um pleno compromisso dos governos com a educação pública. Ao longo do tempo as políticas públicas para a educação estão marcadas por descontinuidades, omissões, e frequentes mudanças ministeriais. Mas, em meados do século XX os avanços na ampliação do acesso à educação básica e superior foram conquistas resultantes da pressão popular, que demandava mais escolas básicas e de ensino superior. Durante a primeira década do século XXI, ampliaram-se as vagas no ensino superior público e privado, assim como houve um esforço para incluir nesse nível de ensino, grupos historicamente excluídos. Em 2015 nota-se um incremento de aproximadamente 5% na porcentagem de alunos matriculados no ensino superior brasileiro que se identificaram como pretos ou pardos (27%), em relação ao ano anterior (22%) (INEP 2016 e 2015. Sinopses 2015 e 2014). Essas informações indicam que houve avanços, sem que, no entanto, problemas históricos tivessem sido enfrentados.

A crescente inclusão no ensino superior de negros, indígenas, populações historicamente excluídas, além dos jovens pobres, com renda familiar de até três salários mínimos foi resultado da criação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012), do Programa Universidade Para Todos (PROUNI - Lei nº11.096, de 13 de janeiro de 2005) e do REUNI (Decreto 6096 de 24 de abril de 2007).

Nesse mesmo início de século XXI, em 2003, o governo federal cria a Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (SECIS). Com a sua criação o então Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI) pretendeu imprimir uma mudança nas Políticas de Ciência e Tecnologia (PCT) brasileiras com o objetivo de promover o desenvolvimento social. A finalidade da SECIS é “propor políticas, programas, projetos e ações que viabilizem o desenvolvimento econômico, social e regional, e a difusão de conhecimentos e tecnologias apropriadas em comunidades carentes nos meios rural e

urbano” (Brasil/SECIS. 2003). Este ensaio é parte de pesquisa em andamento, sobre o tema.

A proposição da SECIS sugere tanto a criação e difusão de conhecimentos pela Universidade, voltados para as classes populares, como o apoio para divulgar e transformar em tecnologias e “patentes” os conhecimentos, saberes e técnicas geradas na prática, por trabalhadores rurais, pequenos proprietários e suas famílias, os sem teto e moradores das favelas urbanas, propiciando desenvolvimento econômico e social a essas populações.

Nesse momento histórico de ampliação de vagas no ensino superior, em que populações até então excluídas começam a chegar aos campi das universidades, e em que a ciência voltada para essas populações também é incentivada (com a criação da SECIS), retomam-se temas aparentemente superados, entre eles, o da relação entre universidade e classes populares, que agora estão dentro, e não apenas, fora dos seus muros.

Para as ciências sociais é um momento importante para se pensar a relação entre universidade e sociedade, privilegiando os movimentos sociais.

Nesse sentido, Arroyo em texto de 2003, pergunta-se “o que temos a aprender dos movimentos sociais?” para, então, repensar as teorias pedagógicas. A leitura do texto nos instiga a pensar nos tempos e espaços marcados pela necessidade de sobrevivência, em que a desarticulação das condições de vida impulsionam a ação por direitos, inclusive à escola. Os movimentos populares, os sindicatos, atuaram de forma pedagógica na formação de lideranças, contribuindo para educar as camadas populares. Para Arroyo (2003, p.31) os movimentos sociais “nos puxam para radicalizar o pensar e fazer educativos na medida em que nos mostram sujeitos inseridos em processos de luta pelas condições elementaríssimas, por isso radicais, de viver como humanos.”

O texto de Arroyo (2003), sugere uma percepção para aquele momento, como repleto de possibilidades, tanto para os movimentos sociais, quanto para as universidades brasileiras.

Mas, a Universidade brasileira foi pensada e criada pela burguesia no poder, durante as décadas de 1930 e 1940, para formar a elite dirigente do país, junto com a formação de profissionais para o mercado de trabalho. Apesar da grande diversificação que caracteriza o ensino superior brasileiro, a relação com o movimento social foi historicamente mais marcante durante meados do século XX, no processo de resistência ao golpe militar. Sobre esse aspecto, Bringel (2010) cita que, na América latina, foi durante as décadas de 1960 e 1970 que se identifica um compromisso maior dos acadêmicos com os movimentos sociais. Depois, a partir dos anos de 1980 houve um distanciamento provocado pela crescente especialização do conhecimento científico, pela profissionalização do trabalho acadêmico.

Para Bringel (2010, p.193) o neoliberalismo dos anos de 1990 acentuou ainda mais esse distanciamento relacionado à crescente burocratização, privatização e, em alguns casos, da “busca [por] deslegitimar o modelo de pesquisa militante”. No entanto, afirma ainda Bringel (2010, p.193), “a irrupção de um novo ciclo de mobilização social na última década, na região, parece haver avivado novas fórmulas de atualização dos vínculos entre o pesquisador/intelectual e o compromisso militante, que vão além do clássico modelo de “intelectual orgânico gramsciano”.

O “produtivismo” que caracteriza o trabalho de pesquisadores e professores

universitários também contribuem para tornar consensuais determinados modelos de atividade científica, que podem não informar sobre a relevância da pesquisa, refletindo muito mais, como alerta Boron (2008, p.31) "la asimetría de poder existente entre aquellas teorizaciones que articulan los intereses de las clases dominantes (y las naciones dominantes en el sistema imperialista) y las que representan al pensamiento crítico." O reducionismo trazido pelos critérios de mercado, que o autor denomina de barbárie economicista, também permeiam a avaliação, o financiamento dos programas de pós-graduação, da ciência e da tecnologia.

É nesse cenário que se implementam as políticas "inclusivas" para o ensino superior e para a ciência e tecnologia, no Brasil. Decorridos pouco mais de dez anos da implementação desse conjunto de políticas, ocorreram mudanças na relação entre as classes populares e a universidade?

Como alerta Bringel (2010) essa relação envolve alguns problemas que surgem no esforço de descolonizar e repensar a produção de conhecimentos, especialmente das ciências sociais, o que significa incorporar os diálogos com vários atores sociais, em diferentes enfoques, pressupondo a produção conjunta de conhecimento.

A pergunta se coloca também, tendo em vista o momento crítico em que direitos sociais conquistados recentemente, vem sendo perdidos junto com o desmonte do Estado brasileiro, após o golpe que destituiu o governo de Dilma Roussef.

No cenário atual de aprofundamento da agenda neoliberal, a relação com os movimentos sociais pode se constituir como uma alternativa à ressignificação social da universidade brasileira? Embora essa questão não se esgote nos limites desse artigo, foi a motivadora da pesquisa em andamento e sobre o qual apresentam-se neste texto análises dos depoimentos de pesquisadores responsáveis por pesquisas e/ou projetos de extensão apoiados pela SECIS.

Iniciar-se-á o ensaio com a apresentação dos aspectos metodológicos que envolvem o estudo e, em seguida, serão apresentados os resultados parciais da pesquisa em andamento, seguidos das considerações possíveis até o momento.

As análises indicam que na contracorrente dos modelos científicos hegemônicos, impostos pelos critérios de avaliação e financiamento da pesquisa, os entrevistados optaram por uma atuação junto às classes populares, fundando sua atuação em práticas democráticas, de respeito aos diversos conhecimentos e à população historicamente excluída, e na perspectiva de outro projeto societário que exige outra Universidade. Dessa perspectiva o desenvolvimento é sustentável, voltado para os seres humanos e a natureza. O conhecimento como fator desse desenvolvimento é público, compartilhado e acessível a todos. Os pesquisadores entrevistados evidenciam com seus depoimentos essa possibilidade que se realiza, a despeito dos reducionismos impostos pelos processos privatizantes do conhecimento e da Universidade.

.....

* Ivanise Monfredini

Doctorado en Gestión de la Educación Superior - CUCEA/UdeG. Zapopan, México

Resumen de ponencia

¿FORTALECIENDO LA RESPONSABILIDAD GLOBAL DE LAS UNIVERSIDADES A TRAVÉS DE LA INTERMEDIACIÓN ACADÉMICA-POLÍTICA? - ANÁLISIS DEL CASO FINLANDÉS DE LA RED UNIPID

*Johanna Kivimäki

La complejidad y las interrelaciones entre los grandes desafíos globales realzan la interdependencia de las posibles soluciones en nivel local, nacional y global. Para alcanzar soluciones sostenibles, se requieren decisiones políticas bien informadas, basadas en evidencia y en conocimiento experto de carácter multi-, inter- y transdisciplinario con alcance internacional. En Finlandia el plan nacional para implementar la Agenda 2030 de ONU sugiere poner más énfasis en la toma de decisiones fundamentadas en ciencia. Al mismo tiempo hay una variedad de procesos en diferentes ámbitos administrativos en curso para diseñar políticas con potencial para fortalecer la responsabilidad global de las universidades finlandesas. Sin embargo, siguen faltando las herramientas y los canales para un intercambio de información constructivo y sistemático entre los académicos y los legisladores.

Existe una multitud de retos que previenen la cooperación académica-política relacionada con las diferencias en los caracteres de trabajo e información en el ámbito político y académico. Estos incluyen, entre otros, la falta de lenguaje común, la insuficiente comprensión de procedimientos políticos por un lado y los procesos académicos por otro lado, la incompatibilidad de cronogramas entre las repentinas necesidades políticas y la investigación académica de largo plazo, así como la disconformidad entre la información académica específica o teórica y las necesidades políticas de recomendaciones generales o concretas. Además, el riesgo de comprometer la libertad académica o de perder el control del uso de información por parte de los investigadores puede también causar falta de voluntad para cooperar con el ámbito político. A esto añadimos la falta de tiempo para desarrollar las habilidades y modos de cooperación por los dos lados impide la resolución de los retos antes mencionados. Una posibilidad para superar estos obstáculos y facilitar diferentes niveles y modos de cooperación puede ser la intermediación entre los productores y usuarios del conocimiento por una tercera parte.

UniPID es una red de universidades finlandesas que busca fortalecer la responsabilidad global de las universidades. UniPID promueve los estudios e investigación, así como el impacto social de las universidades relacionados con los temas de desarrollo global. Hacia el ámbito político, UniPID promueve la toma de decisiones fundamentada en ciencia y destaca la importancia de la educación superior y la investigación académica para resolver los retos globales. Como parte de su trabajo de impacto social, UniPID

mantiene diálogos con diferentes ministerios nacionales y sirve como intermediario de conocimiento entre los investigadores y quienes toman las decisiones. UniPID participa en diferentes foros y consultaciones políticas y recoge comentarios de los investigadores para los planes políticos a pedido por los ministerios, pero también hace declaraciones para abordar intereses o preocupaciones definidos por la red misma. Además, UniPID organiza eventos para juntar investigadores y legisladores, y también coordina la participación de investigadores en eventos y reuniones políticos nacionales e internacionales. Así UniPID facilita la contribución de los investigadores en el diseño de las políticas nacionales de cooperación al desarrollo, de educación superior y de investigación.

Esta ponencia plantea un análisis de algunos procesos de impacto político por una red de universidades, como un proyecto interdisciplinario hacia el fortalecimiento de la responsabilidad global de las universidades. A través de la presentación de los éxitos y los obstáculos del trabajo de impacto político de la red UniPID, se intenta abordar tanto el potencial como las limitaciones de redes académicas en su rol como intermediarios entre los productores y usuarios de conocimiento. Con esta ponencia, se busca incentivar discusión sobre las necesidades de intermediación académica-política e impulsar el compartir de las lecciones aprendidos y las buenas prácticas de facilitación de ese tipo de cooperación.

.....

*** Johanna Kivimäki**

Finnish University Partnership for International Development. University of Jyväskylä - UniPID. Jyväskylä, Finlandia

